

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**ESG NO MARKETING INSTITUCIONAL: ALINHAMENTO
PRÁTICO E RETÓRICO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
CORPORATIVA**

CLARA MOREIRA DA SILVA

SÃO PAULO – SP

2024

CLARA MOREIRA DA SILVA

**ESG NO MARKETING INSTITUCIONAL: ALINHAMENTO
PRÁTICO E RETÓRICO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
CORPORATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração, do Departamento de Administração, da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, orientado pelo Professor Doutor Francisco Antonio Serralvo.

SÃO PAULO – SP

2024

AVALIAÇÃO: _____

ASSINATURA DO ORIENTADOR: _____

Dedico este trabalho a meus familiares, principalmente
meus pais que sonharam comigo com a minha
graduação.

1. AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, cuja presença foi constante, ensinando-me a ser resiliente, como está escrito no Salmo 23:4, "Mesmo que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal algum, porque Tu estás comigo." Sua presença foi a luz que iluminou cada passo do meu caminho, desde os primeiros dias até este momento de realização. Que este versículo seja o reflexo das muitas turbulências enfrentadas durante minha graduação, onde Sua presença me deu a força para seguir em frente. Além disso, em Isaías 41:10, encontramos conforto na promessa de Deus: "Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça."

Ao meu namorado Roberto, meu companheiro de vida e de sonhos, expresso minha profunda gratidão. Seu apoio incondicional foi meu porto seguro em meio às tempestades acadêmicas e corporativas. Juntos, estamos construindo nossos sonhos, e sua dedicação em virar noites me ajudando em trabalhos e compartilhando seu conhecimento foram gestos que jamais esquecerei. Assim como em Eclesiastes 4:9-10, "Melhor é serem dois do que um... Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas ai do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante." Roberto, você foi meu parceiro em cada queda e em cada vitória e para sempre será.

Aos meus pais, Fernanda e Ricardo, devo tudo. Renunciaram a seus próprios sonhos para viabilizar o meu. Foram meu suporte emocional, conselheiros e exemplos de dedicação e comprometimento. Sou quem sou graças a vocês, e cada conquista minha é também a de vocês. Vocês são minha rocha, meu alicerce, e minha eterna fonte de inspiração. Como diz Provérbios 22:6, "Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele." Meus pais, vocês me ensinaram os valores fundamentais que me guiaram durante toda a graduação e continuarão a me guiar na vida.

Agradeço também aos meus irmãos, que desde cedo fizeram parte da minha jornada. Em cada desafio que enfrentei com eles, descobri novas formas de superação e crescimento. Seu apoio, mesmo que às vezes implicante, foi uma peça importante no quebra-cabeça da minha jornada acadêmica. Obrigada por serem parte da minha vida e por contribuírem, de maneira única, para a pessoa que me tornei.

Agradeço também aos meus avós e ao meu tio André, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e incentivando. Sua presença e amor foram fundamentais em minha jornada.

Agradeço igualmente aos meus sogros, Coronel Homero Cerqueira e Roberta, pela orientação e apoio, expresso minha gratidão especial ao Coronel, cujo conhecimento e experiência foram essenciais para a realização deste trabalho. Seu histórico como, também, ex-presidente do ICMBio trouxe uma perspectiva valiosa sobre ESG e sustentabilidade, enriquecendo meu estudo de forma inestimável.

Ao meu estimado professor orientador, Francisco Antonio Serralvo, agradeço por sua orientação sábia e incentivo constante. Suas palavras de sabedoria e paciência foram fundamentais para que este trabalho se tornasse realidade. Sou imensamente grata por sua dedicação e confiança em meu potencial.

Por fim, aos meus amigos, Ena, Giovane, Maria Eduarda, Matheus e Victor, expresso minha gratidão por serem minha força e apoio ao longo de todos os desafios da graduação. Juntos, compartilhamos risadas, lágrimas e conquistas, e esta vitória é tão deles quanto minha.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, o meu mais sincero e profundo agradecimento. Este momento é não apenas meu, mas de todos nós, e será lembrado com carinho e gratidão para sempre. Muito obrigada.

MOREIRA DA SILVA, CLARA. ESG no Marketing Institucional: Alinhamento Prático e Retórico na Construção da Imagem Corporativa. Monografia de Conclusão de Curso (Administração), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, 2024.

Resumo: Este trabalho investiga a relação entre as práticas de ESG (Environmental, Social, Governance) e a construção da imagem corporativa, com foco em três empresas: Zara, Vale e Americanas. Por meio de uma abordagem qualitativa e análise de documentos e relatórios institucionais, foram avaliadas as ações dessas empresas em crises reputacionais envolvendo trabalho análogo à escravidão, desastres ambientais e fraudes contábeis. A pesquisa destaca a discrepância entre a comunicação e as práticas reais de ESG, abordando o impacto dessas crises nas relações com stakeholders e a adoção de medidas corretivas para recuperar a confiança do mercado. O estudo conclui que o alinhamento prático e retórico de ESG é fundamental para a construção de uma imagem sustentável e ética, alertando sobre os riscos do greenwashing.

Palavras-chave: ESG, responsabilidade social, governança corporativa, greenwashing, imagem corporativa

MOREIRA DA SILVA, CLARA. ESG no Marketing Institucional: Alinhamento Prático e Retórico na Construção da Imagem Corporativa. Final Paper (Business Management Bachelor), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, 2024.

Abstract: This study investigates the relationship between ESG (Environmental, Social, Governance) practices and corporate image building, focusing on three companies: Zara, Vale, and Americanas. Using a qualitative approach and document analysis of institutional reports, the research evaluated these companies' actions in reputation crises involving slave-like labor, environmental disasters, and accounting fraud. The research highlights the discrepancy between ESG communication and actual practices, examining the impact of these crises on stakeholder relationships and the adoption of corrective measures to regain market trust. The study concludes that practical and rhetorical alignment of ESG is essential for building a sustainable and ethical image, warning about the risks of greenwashing.

Keywords: ESG, social responsibility, corporate governance, greenwashing, corporate image.

2. LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Fonte: Cavalcanti	16
Figura 2: Humanizadas (2023). Análise cruzada de 21 relatórios mapeando as 36 tendências mais citadas entre dez/22 jan/23	21

3. SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 . FUNDAMENTOS E TENDÊNCIAS DO ESG	15
2.1.1. Entendendo o ESG: Pilares da sustentabilidade empresarial	16
2.1.2. Tendências Globais do ESG: Rumo a uma economia sustentável	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
4.1 . ANÁLISE DO CASO ZARA	28
4.1.1. Contextualização do Caso	29
4.1.2. Fundamentação Teórica	29
4.1.2.1. Responsabilidade Social Corporativa	30
4.1.2.2. Gestão da Cadeia de Fornecimento	30
4.1.2.3. Trabalho Escravo e Condições de Trabalho Dignas	30
4.1.3. O Escândalo no Brasil	30
4.1.4. Consequências e Ações Corretivas	31
4.1.4.1. Multas e Sanções impositivas	31
4.1.4.2. Inserção na 'Lista Suja' do Trabalho Escravo	31
4.1.4.3. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	31
4.1.5. Auditoria da Cadeia de Fornecedores da Zara	32
4.1.5.1. Processos e Critérios de Auditoria	32
4.1.5.2. Resultados e Impactos	32
4.1.6. Pagamento de Indenizações e Compensações	33
4.1.6.1. Procedimentos e Critérios	33
4.1.6.2. Impactos nas Vítimas	33
4.1.7. Análise dos Resultados e Lições Aprendidas	34
4.1.7.1. Eficácia das Medidas Implementadas	34
4.1.7.2. Contribuições para a Responsabilidade Social Corporativa	34
4.2 ANÁLISE DO CASO BRUMADINHO E MARIANA	35
4.2.1 Contextualização dos Casos Mariana e Brumadinho	35
4.2.2 Impacto Social e Ambiental dos Desastres	36
4.2.3 Impacto Social nos Locais Afetados	37
4.2.4 Impacto Ambiental e Ecológico	38
4.2.5 Falha em Aprender com o Desastre de Mariana	38
4.2.6 Falhas de Governança e Regulamentação	39
4.2.7 Relação com Investidores e Recuperação de Confiança	42
4.2.8 Medidas Adotadas para Restaurar a Confiança Pública	43
4.2.9 Mudanças na Governança Empresarial e Regulatória	44
4.2.10 Compensações Financeiras e Reparações	45

	10
4.2.11 Descaracterização de Barragens e Segurança Estrutural	46
4.2.12 Compromisso das Empresas com ESG e Responsabilidade Corporativa	47
4.3 ANÁLISE DO CASO BRUMADINHO E MARIANA	48
4.3.1 Governança Corporativa e Relacionamento com Stakeholders	49
4.3.2 Ações para Recuperar a Confiança	50
4.3.3 Investigações Internas e Governança	51
4.3.4 Medidas de Reestruturação	51
4.3.5 Reforço na Governança	52
4.3.6 Greenwashing: Falha na Retórica ESG	52
4.3.7 Impacto Social, Ambiental e Financeiro	52
4.4 RESULTADOS	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS	58

1. INTRODUÇÃO

O trabalho “ESG no Marketing Institucional: Alinhamento Prático e Retórico na Construção da Imagem Corporativa” se propõe a explorar as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) adotadas pelas empresas em seus esforços de marketing institucional. O conceito de ESG engloba uma série de critérios que as organizações utilizam para garantir a sustentabilidade em longo prazo, incluindo considerações ambientais, sociais e de governança em suas operações.

No final do século XX e início do século XXI, uma série de crises e eventos globais trouxeram à tona preocupações sobre o modelo tradicional de negócios e investimentos. Escândalos corporativos, desastres ambientais e crises financeiras abalaram a confiança nos mercados e nas empresas, levantando questões sobre sua sustentabilidade a longo prazo (Scherer; Palazzo, 2024).

Nesse contexto, surgiram movimentos que buscavam integrar considerações ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões empresariais e de investimento. Embora as raízes dessas preocupações pudessem ser traçadas a movimentos anteriores, como os debates sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e investimento socialmente responsável (ISR), foi a convergência de crises e pressões sociais que impulsionaram o desenvolvimento do conceito de ESG como uma abordagem holística para avaliar o desempenho das empresas e o impacto de seus negócios (Clark; Feehan; Vyvyan; Sutcliffe, 2009).

O ESG ganhou destaque gradualmente, à medida que investidores institucionais e stakeholders começaram a reconhecer que considerações além dos retornos financeiros eram essenciais para avaliar o verdadeiro valor e sustentabilidade de uma empresa. O conceito foi refinado ao longo do tempo, com organizações e iniciativas desenvolvendo métricas e padrões para avaliar e relatar o desempenho ESG.

Um marco importante foi a publicação do relatório "The Limits to Growth" pelo Clube de Roma em 1972, que destacou as interconexões entre o crescimento populacional, os recursos finitos e os limites ambientais. Embora não diretamente relacionado ao ESG,

esse relatório influenciou o pensamento sobre os impactos globais das atividades humanas e incentivou reflexões sobre a necessidade de um modelo econômico mais sustentável.

Com o tempo, o ESG deixou de ser uma preocupação periférica e se tornou uma consideração central para empresas e investidores em todo o mundo. Agências de rating, reguladores e instituições financeiras passaram a incorporar critérios ESG em suas avaliações e decisões de investimento. Empresas que adotavam práticas sustentáveis e responsáveis eram vistas como mais resilientes a riscos e melhor preparadas para enfrentar os desafios do século XXI.

Hoje, o ESG é amplamente reconhecido como uma abordagem essencial para promover o desenvolvimento sustentável e garantir a viabilidade a longo prazo dos negócios e dos mercados financeiros. Sua história é um testemunho das mudanças de paradigma que ocorreram no mundo dos negócios, à medida que a sociedade busca equilibrar o crescimento econômico com considerações ambientais, sociais e de governança (World Economic Forum, 2021).

Nos dias atuais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, as práticas ESG estão ganhando cada vez mais relevância. Essa tendência é impulsionada pela crescente demanda dos stakeholders por maior transparência, responsabilidade corporativa e impacto positivo na sociedade. Empresas que adotam práticas ESG não apenas se beneficiam ao contribuir para um mundo mais sustentável, mas também podem obter vantagens competitivas, como maior atratividade para investidores e consumidores conscientes.

No contexto brasileiro, observa-se um movimento crescente de empresas buscando adotar e comunicar suas práticas ESG, influenciadas tanto por regulamentações governamentais quanto por pressões da sociedade civil e dos próprios consumidores. Internacionalmente, vemos uma tendência semelhante, com empresas de todo o mundo reconhecendo a importância de abordar questões ambientais, sociais e de governança em suas operações e comunicações.

A pesquisa sobre as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) no contexto do marketing institucional se justifica pela sua relevância incontestável na atualidade. Intitulada "ESG no Marketing Institucional: Alinhamento Prático e Retórico na Construção

da Imagem Corporativa", esta pesquisa não só aborda uma questão crucial para as empresas, mas também oferece insights valiosos para diversos setores da sociedade.

No âmbito empresarial, compreender o alinhamento entre as práticas ESG comunicadas e as ações efetivamente realizadas é essencial para construir e manter uma imagem corporativa sustentável e ética. A implementação bem-sucedida dessas práticas não apenas fortalece a reputação das empresas, mas também as torna mais resilientes a riscos financeiros e reputacionais, ao mesmo tempo em que as posiciona de forma mais atraente para investidores, consumidores conscientes e talentos qualificados. Segundo estudo realizado por Bothello analisando 515 empresas, de capital aberto, de 35 países diferentes, empresas maiores que praticaram o greenwashing passaram “despercebidas” e, Infelizmente, o mercado de ações parece estender alguma tolerância a esse tipo específico de lavagem verde por empresas de ponta em comparação com suas afiliadas de nível inferior, porém a longo prazo pode afetar a relação de confiança com os seus stakeholders.

Além disso, a pesquisa em ESG oferece benefícios significativos para a sociedade como um todo. Ao promover a transparência e a responsabilidade corporativa, as empresas contribuem para a construção de um ambiente de negócios mais justo e ético. Isso não apenas aumenta a confiança do público nas instituições, mas também impulsiona a adoção generalizada de práticas sustentáveis em todos os setores da economia.

No contexto global atual, onde os desafios ambientais, sociais e de governança são cada vez mais urgentes, a pesquisa em ESG se torna ainda mais relevante. Ao identificar as melhores práticas e os obstáculos para sua implementação, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar esses desafios e promover um desenvolvimento econômico sustentável e equitativo.

Portanto, ao investigar o alinhamento prático e retórico das práticas ESG no marketing institucional, esta pesquisa não apenas atende às necessidades das empresas em um mercado cada vez mais consciente, mas também contribui para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo para todos.

Dentro desse cenário, este estudo busca analisar como as empresas comunicam e implementam práticas ESG em seus esforços de marketing institucional. O objetivo é

investigar como as empresas comunicam suas práticas ESG em suas estratégias de marketing institucional, analisando os discursos e mensagens transmitidas., com o intuito de compreender melhor a construção da imagem corporativa sustentável e ética. Além disso, buscamos identificar possíveis casos de greenwashing, que é uma prática na qual empresas promovem uma imagem de responsabilidade ambiental ou práticas sustentáveis, mas que não correspondem verdadeiramente às ações reais da empresa em relação ao ESG. Ao fazer isso, esperamos fornecer insights valiosos para a compreensão da construção da imagem corporativa sustentável e ética, contribuindo para um mercado mais transparente e responsável. Como objetivos específicos temos:

1. Avaliar as ações reais das empresas em relação ao ESG e sua congruência com a comunicação realizada, por meio de análises de dados e casos práticos.
2. Identificar os fatores que influenciam o alinhamento ou a discrepância entre a retórica e a prática das empresas em relação ao ESG, incluindo aspectos como governança corporativa, pressão dos stakeholders e cultura organizacional.
3. Analisar a relação das empresas e casos de greenwashing

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo das postagens e relatórios institucionais disponibilizados pelas empresas em seus websites ou por outras plataformas de comunicação oficial. As comunicações institucionais das empresas, como relatórios de sustentabilidade e comunicados à imprensa, serão o foco principal da análise, permitindo a avaliação das práticas ESG reais. A pesquisa será baseada exclusivamente em dados secundários, como postagens e relatórios, e não incluirá entrevistas com representantes das empresas. Os dados coletados serão analisados utilizando técnicas de análise qualitativa, identificando padrões e recorrências nas comunicações de ESG, sem o uso de análise estatística quantitativa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. FUNDAMENTOS E TENDÊNCIAS DO ESG

ESG, acrônimo de environment, social e governance, representa um conjunto de questões que abrangem preocupações ambientais, sociais e de governança corporativa. Esses pilares estabelecem os fundamentos para a sustentabilidade empresarial, delineando as bases sobre as quais uma organização pode construir uma atuação genuinamente sustentável.

O termo ESG foi cunhado inicialmente em um relatório de 2004 intitulado "Who Cares Wins" da ONU, que destacou a importância de fatores ambientais, sociais e de governança no investimento sustentável. Desde então, o ESG tem sido amplamente adotado por investidores, empresas e instituições financeiras como uma medida essencial para avaliar o desempenho corporativo e mitigar riscos associados a questões não financeiras.

A história do ESG é uma jornada de conscientização e reconhecimento crescente da interconexão entre práticas empresariais, impactos sociais e ambientais e desempenho financeiro. Empresas começaram a perceber que adotar práticas sustentáveis não apenas beneficiaria o meio ambiente e a sociedade, mas também poderia impulsionar a lucratividade e a resiliência a longo prazo.

O crescimento exponencial do ESG como uma abordagem de investimento pode ser atribuído a uma série de fatores. A crise financeira de 2008 ressaltou a importância da gestão de riscos e transparência corporativa, levando os investidores a buscar métricas além das tradicionais. Além disso, o aumento da conscientização pública sobre questões ambientais e sociais pressionou as empresas a adotarem práticas mais responsáveis.

Um marco significativo na história do ESG foi a criação de índices de sustentabilidade, como o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e o FTSE4Good, que permitem aos investidores avaliar e comparar o desempenho das empresas em termos de

ESG (Clark; et al., 2017). Esses índices têm desempenhado um papel crucial na promoção da transparência e prestação de contas corporativas, incentivando as empresas a melhorar suas práticas ESG.

Além disso, a integração do ESG nas estratégias de investimento foi impulsionada pela demanda dos próprios investidores, incluindo fundos de pensão, fundos soberanos e investidores individuais, que reconhecem o potencial de criar impacto positivo enquanto obtêm retornos financeiros sólidos.

2.1.1. Entendendo o ESG: Pilares da sustentabilidade empresarial

Atualmente, o termo ESG é amplamente discutido no contexto empresarial, muitas vezes reduzido à ideia de sustentabilidade. No entanto, sua abrangência vai além disso, como apontado por Cavalcanti em seu artigo. Ele explora os diversos aspectos do ESG, delineando cada ponto de forma sucinta.



Figura 1 Fonte: Cavalcanti

Cada letra do acrônimo ESG abrange uma gama diversificada de questões, entre os espectros regulatório e de boas práticas. Portanto, é crucial compreender profundamente o significado de cada uma dessas letras e como elas impactam uma empresa. Vamos começar desvendando o significado da letra "G".

Segundo o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança corporativa a governança corporativa é:

(...) sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente (IBGC, 2023).

A governança corporativa, tema central e multifacetado, não possui uma definição única e consensual na literatura especializada. Diversos autores apresentam interpretações distintas, influenciadas pelos diferentes modelos adotados em diversos países. Como destacado por Garcia, essa diversidade de conceitos reflete a complexidade e a relevância do tema. Segundo Garcia, governança corporativa pode ser definida como "o conjunto de normas, leis, regulamentos, públicos e privados que organizam, direcionam e comandam as relações de uma empresa, isto é, de seus controladores e administradores com aqueles que investem nessa respectiva empresa por meio da compra de valores mobiliários".

Vistas de uma perspectiva mais ampla, as práticas de governança visam minimizar conflitos entre os diversos atores responsáveis pela gestão da empresa. Nesse sentido, Victoria ressalta a importância do monitoramento compartilhado pelos acionistas controladores, que contribui para alinhar as decisões administrativas com os interesses dos proprietários. Ele define governança corporativa como "o sistema que tem como objetivo principal minimizar os conflitos existentes entre os atores responsáveis pela administração, controladores e acionistas".

Além disso, a governança corporativa não se limita apenas à gestão empresarial, mas se estende a diferentes áreas, como a preservação ambiental, o combate à corrupção e a responsabilidade social corporativa. Conforme Alves destaca, a governança corporativa é

um conceito difuso, aplicável tanto a métodos de gestão de empresa quanto a outras áreas, como a governança ambiental e a governança pública.

Em termos práticos, a governança corporativa pode ser entendida como a regulamentação da estrutura administrativa das empresas, estabelecendo direitos e deveres dos acionistas, além de mecanismos de proteção aos investidores externos contra possíveis expropriações por parte dos internos. Conforme Jensen define, governança corporativa é a "estrutura de controle de alto nível", abrangendo os direitos de decisão do Conselho de Administração e do diretor executivo, entre outros aspectos.

Apesar das diversas interpretações, todas convergem para um objetivo comum: promover a geração de valor por meio de uma gestão ética e transparente, não apenas para os investidores, mas para todos os stakeholders da empresa. Como ressaltado por Andrade e Rossetti, governança corporativa é o "conjunto de valores, princípios, propósitos, papéis, regras e processos que rege o sistema de poder e mecanismo de gestão de empresas". Nesse sentido, a governança corporativa desempenha um papel fundamental na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes envolvidas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O componente "S" do ESG abrange uma variedade de temas cruciais que se concentram nas relações humanas, tanto dentro quanto fora do contexto empresarial. Este segmento se desdobra em duas esferas principais: a base regulada, composta por normas trabalhistas, de saúde e segurança do trabalho, consumeristas, de vizinhança e direitos humanos; e as boas práticas, que incluem questões de diversidade, equidade e inclusão.

No âmbito das normas reguladas, as empresas devem aderir a uma série de regras que garantem o respeito aos direitos e à dignidade dos trabalhadores, conforme estabelecido pelas legislações trabalhistas. Além disso, é fundamental implementar medidas de segurança e saúde ocupacional para proteger os funcionários durante suas atividades laborais. As normas consumeristas regem a relação da empresa com seus clientes, garantindo transparência, qualidade e respeito em todas as interações comerciais. As normas de vizinhança dizem respeito à responsabilidade da empresa em relação às comunidades próximas, buscando minimizar impactos negativos e promover a harmonia entre o negócio e seu entorno. Por fim, os direitos humanos estabelecem os princípios

fundamentais que devem ser respeitados em todas as atividades empresariais, assegurando a dignidade e os direitos básicos de todos os seres humanos.

Além dessas bases reguladas, as empresas são cada vez mais incentivadas a adotar boas práticas relacionadas à diversidade, equidade e inclusão. Como destaca Harraca, não basta cumprir apenas o mínimo estabelecido por lei. As empresas devem ir além, integrando princípios de responsabilidade social em sua cultura corporativa. Isso inclui promover a diversidade, a equidade e a inclusão em todos os níveis da organização, garantindo oportunidades iguais para todos os colaboradores e contribuindo positivamente para as comunidades em que estão inseridas.

Um exemplo inspirador que ilustra os conceitos de diversidade e inclusão é a famosa frase de Vernã Myers, que ganhou notoriedade após sua palestra no TED Talk em 2014, intitulada "How to overcome our biases? Walk boldly toward them." : "diversidade é convidar para a festa, inclusão é chamar para dançar". Essa citação ressalta a importância não apenas de celebrar a diversidade, mas também de garantir que todos tenham a oportunidade de participar plenamente da vida organizacional.

Em resumo, o componente "S" do ESG enfatiza a importância das relações humanas dentro e fora das empresas, destacando a necessidade de respeitar os direitos, promover a diversidade e a inclusão, e garantir um ambiente de trabalho seguro, justo e acolhedor para todos.

Por último chegamos é estudado o "E". O componente "E" do ESG refere-se à dimensão ambiental da sustentabilidade empresarial, que abrange as práticas e políticas relacionadas à preservação e proteção do meio ambiente. Nesse contexto, as empresas são cada vez mais pressionadas a considerar não apenas os aspectos econômicos e sociais de suas operações, mas também os impactos ambientais associados às suas atividades.

No entanto, é importante notar que, em muitos casos, as empresas têm dado mais visibilidade apenas à sustentabilidade ambiental, deixando de lado os outros aspectos igualmente importantes dos componentes "E", "S" e "G". Essa abordagem unidimensional pode ser limitada, pois ignora os impactos sociais e de governança das operações empresariais.

Porter, contribui para essa discussão ao afirmar que a responsabilidade ambiental pode ser uma fonte de vantagem competitiva para as empresas. Ele argumenta que as empresas que adotam práticas ambientais responsáveis podem reduzir custos operacionais, melhorar a eficiência dos recursos e fortalecer sua reputação no mercado.

Meadows, pioneira em pensamento sistêmico e sustentabilidade, ressalta a interconexão entre as atividades humanas e o meio ambiente. Seus escritos oferecem uma visão profunda dos desafios ambientais enfrentados pelo mundo e a necessidade de abordagens holísticas para sua resolução. Meadows argumenta que as empresas devem adotar uma perspectiva de sistema e considerar os impactos ambientais de suas operações em longo prazo.

Em suma, o componente "E" do ESG exige que as empresas avaliem e minimizem seu impacto ambiental, adotando práticas sustentáveis que promovam a conservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. No entanto, é crucial que as empresas não negligenciem os aspectos sociais e de governança, pois uma abordagem equilibrada do ESG pode gerar benefícios sustentáveis não apenas para as empresas, mas também para a sociedade como um todo. Mas por que entender o que significa o acrônimo? Para entendermos suas tendências.

2.1.2. Tendências Globais do ESG: Rumo a uma economia sustentável

O relatório *Who Cares Wins* (2005), do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou o instrumento, em inglês, Environmental, Social and Governance (ESG) por conta das influências decorrentes dos óbices internacionais enfrentados nesses institutos, isto é, ambiental, social e de governança. Eles levaram a mudanças profundas no mercado. (Banco Mundial, 2005).

Os institutos se tornaram relentes para os Funds of Funds (FOFs) que tinham uma pegada ambiental sustentável. O aumento e a consciência coletiva dos FOFs pela sustentabilidade conquistam espaço na agenda de grandes players internacionais e

nacionais. Dessa maneira, descreveremos a tendência global para o Ambiental, Social e da Governança (Rees, 1992) (Durkheim, 1978).

Na perspectiva global, as empresas e os especialistas estão otimizando a melhoria na regulamentação e colaborar com a agenda de sustentabilidade. A tabela 01, a seguir, ilustra os 12 principais pontos mapeados (de um total de 36 temas identificados), avaliando uma perspectiva global sobre ESG: fortalecimento dos padrões e regulamentações, net zero e transição climática, maior transparência e prestação de contas, boom de investimentos ESG, diversidade e reestruturação dos conselhos, maior uso de IA e ciência de dados, novas tecnologias em resposta à crise climática, just transition (adaptação às mudanças), Cadeia de suprimento sustentável e maior eficiência e uso de energia renováveis.

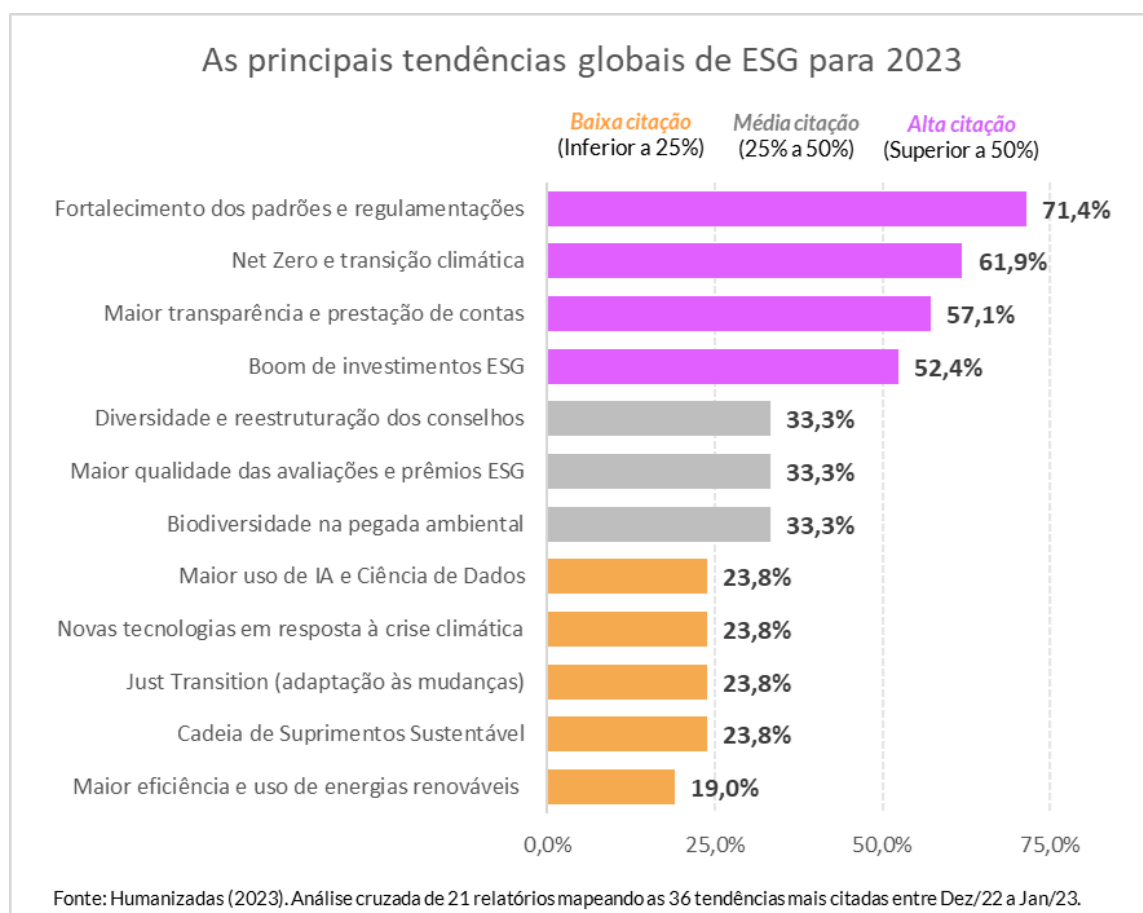


Figura 2: Humanizadas (2023). Análise cruzada de 21 relatórios mapeando as 36 tendências mais citadas entre dez/22 a jan/23

A tendência ambiental

A gestão ambiental sob o viés da administração das atividades econômicas e sociais, refere-se pela racionalidade dos recursos naturais renováveis e não renováveis, sem causar danos ao meio ambiente. A tendência global são os riscos da biodiversidade. O Brasil possui seis grandes biomas que são conjuntos de ecossistemas (flora e fauna) com uma diversidade biológica própria e são: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa, bem como o Aquático. (IBGE, 2020)

O risco da biodiversidade constitui um ecossistema prospero das empresas de negócios, porque os danos da biodiversidade (desmatamento ilegal, incêndio florestal, mineração ilegal, poluição, tráfico de animais e lixões) é um dos três principais riscos identificados no Relatório de Riscos Globais 2022 do Fórum Econômico Mundial, juntando-se às mudanças climáticas (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009) e ao clima extremo. Além disso, os reguladores, nacional e internacional, estão focados no impacto dos danos ambientais– incluindo a perda de biodiversidade – nos riscos financeiros. Por conseguinte, é racional que as instituições financeiras compreendam tanto as temáticas da perda de biodiversidade para seu programa quanto o impacto de suas atividades financeiras na biodiversidade (PNUMA, 2022).

A biodiversidade perdeu rapidamente do que outro momento da história humana, com taxas de extinção de dezenas a centenas de vezes maiores do que a média dos últimos 10 milhões de anos, por exemplo: A perda de biodiversidade é um "risco transversal" que afeta os tipos de risco existentes, como: crédito, mercado e risco operacional; O nível atual de perda de biodiversidade está minando o progresso em 80% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; O valor econômico total dos serviços ecossistêmicos foi recentemente estimado entre US\$ 125 e US\$ 140 trilhões por ano — significativamente maior do que o PIB global, Cerca de dois quintos das empresas já estão considerando o impacto dos riscos ambientais (além das mudanças climáticas) em seu programa, enquanto uma proporção semelhante está pensando em sua impacto do portfólio no meio ambiente (Dasgupta, 2021).

As empresas financeiras estão considerando os riscos ambientais além das mudanças climáticas: Perda de biodiversidade; Escassez de água; Poluição da água;

Poluição dos solos; Poluição do ar. A natureza – também chamada de capital natural – pode ser pensada como um estoque de recursos (como água, floresta e ar) que fornece serviços ecossistêmicos que são a base das atividades econômicas; esses serviços trazem benefícios sociais para o bem-estar humano.

Por conseguinte, a perda de biodiversidade está conquistando olhar como um risco urgente e sistêmico que precisa ser abordado juntamente com outros riscos ambientais, como as mudanças climáticas e a poluição. Os reguladores estão, portanto, examinando os riscos financeiros de uma ampla gama de riscos ambientais. Da mesma forma, os pesquisadores científicos envolvidos no resultado e na racionalidade das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade estão iniciando a construir a consciência coletiva de maneira pragmática.

A tendência social

A tendência social dentro do ESG trata das relações humanas, tanto dentro da empresa quanto em suas interações externas com a sociedade. Esta é uma das partes mais desafiadoras de implementar, pois envolve uma série de práticas que impactam diretamente os colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades.

A adoção de práticas sociais vai além da filantropia, não tirando a importância da mesma, uma vez que o verdadeiro objetivo do pilar social do ESG é criar impactos sociais positivos e duradouros por meio das operações empresariais. As empresas precisam garantir que suas atividades contribuam para o desenvolvimento social, o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento das comunidades. Isso inclui práticas como a promoção de diversidade e inclusão, garantia de condições de trabalho dignas, proteção dos direitos humanos, e o cumprimento de normas trabalhistas e consumeristas.

Um dos maiores desafios é garantir a transparência e a responsabilidade social em toda a cadeia de fornecimento. Como exemplo, a recente denúncia de trabalho análogo à escravidão nas vinícolas do sul do Brasil trouxe grandes prejuízos ao setor de vinhos, mostrando a importância de monitorar e gerir adequadamente os impactos sociais na cadeia produtiva. Casos como este demonstram que a falta de controle social pode causar danos à reputação, além de comprometer os valores éticos e a confiança dos consumidores.

Além disso, a pressão social sobre as empresas para que adotem posturas éticas está crescendo. Consumidores e investidores estão cada vez mais conscientes e exigentes quanto à responsabilidade social das organizações. O comportamento dos stakeholders mudou, e agora, mais do que nunca, eles demandam que as empresas tenham um papel ativo na resolução de problemas sociais, como a desigualdade, a inclusão de minorias e o respeito aos direitos humanos. A tendência social constitui a parte mais difícil do ESG. As corporações buscam laços fortes com clientes, colaboradores, fornecedores e comunidades onde estão inseridas.

A tendência de governança

A governança constitui a forma de governar e administrar uma empresa para alcançar o ecossistema. Dessa forma, identificar talentos, capacitar os colaboradores e restaurar ou regenerar a essência para uma organização sustentável.

O capital humano era atraído pela remuneração e pelos benefícios, mas os stakeholders têm oferecido um propósito da pós-modernidade. As corporações têm promovido a diversidade (de gênero, étnico-racial, orientação sexual) e que possam causar impacto social e tem mais possibilidade de captar talentos das gerações Z (Millennials).

Por conseguinte, teremos as seguintes tendências: Ambiental Defesa da biodiversidade, social o impacto social na sociedade e de governança promover a diversidade.

À medida que nos aprofundamos nas tendências globais e nos pilares do ESG, torna-se claro que a sustentabilidade empresarial é agora uma necessidade inegável. No próximo capítulo, exploraremos a importância do foco no ESG e as consequências diretas da negligência dessas questões. Por meio de estudos de caso e análises detalhadas, examinaremos como as empresas podem mitigar riscos, fortalecer sua resiliência e promover um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa explorou a discrepância entre a retórica e a prática das empresas em relação às suas iniciativas de ESG (Environmental, Social, and Governance). Focando na implementação efetiva dessas práticas, o estudo abordou um problema significativo, onde as ações de grandes empresas, que promoviam uma imagem sustentável, muitas vezes não correspondiam à realidade. Essa discrepância afetou a confiança dos stakeholders e pode ter consequências financeiras e reputacionais graves.

A pesquisa adotou a abordagem de estudo de casos múltiplos, focando em três grandes empresas: Vale (Ambiental), Zara (Social) e Americanas (Governança). Esses casos foram escolhidos devido ao impacto significativo de suas operações e às controvérsias associadas às suas práticas ESG. O estudo investigou cada empresa individualmente, comparando os dados para identificar padrões comuns ou discrepâncias específicas. A escolha dessas empresas se justificou pela relevância e visibilidade dos seus casos no cenário global, como o desastre de Brumadinho no caso da Vale, as denúncias de trabalho análogo à escravidão no caso da Zara, e os recentes problemas de governança financeira e contábil no caso da Americanas.

As questões de pesquisa incluíram: como as empresas analisadas comunicaram suas práticas ESG em suas postagens e relatórios oficiais, em que medida as ações dessas empresas estavam alinhadas com o discurso divulgado, quais fatores influenciaram o alinhamento ou a discrepância entre a comunicação e a prática ESG, e qual foi o impacto dessa transparência na confiança dos stakeholders. O estudo buscou entender como essas empresas promoviam suas iniciativas ESG, comparando as práticas declaradas com as evidências encontradas nos relatórios e fontes externas.

A coleta de dados foi feita por meio da análise de documentos e relatórios públicos, especialmente as comunicações disponíveis nos sites institucionais das empresas selecionadas. Esses materiais incluíram relatórios anuais de sustentabilidade, relatórios sociais, comunicados à imprensa e outros documentos relevantes que tratavam das práticas ESG. Além disso, foram consideradas fontes externas, como relatórios de ONGs e artigos de mídia, que forneceram uma visão crítica e contextualizada dos dados divulgados pelas empresas.

A análise dos dados será qualitativa, com foco na técnica de análise de conteúdo, aplicada para identificar padrões, temas recorrentes e narrativas nas comunicações ESG dessas empresas (Instituto Brasileiro De Governança Corporativa, 2023). A triangulação dos dados será realizada, comparando as informações divulgadas pelas empresas com as de fontes externas, como ONGs e relatórios acadêmicos, para validar a consistência e robustez dos dados e identificar eventuais discrepâncias entre o discurso e a prática (Melo & Silva, 2020; Santos & Corpetti, 2018). Cada caso será analisado separadamente, e os resultados comparados para identificar tendências ou particularidades nos três estudos.

A validação dos resultados será realizada por meio da comparação dos dados coletados nas comunicações institucionais com as informações obtidas de outras fontes, garantindo assim uma análise mais profunda e confiável (Freitas, 2013). Para assegurar a validade externa, os resultados serão revisados por especialistas em ESG e sustentabilidade, que fornecerão feedback sobre as conclusões e a interpretação dos dados (Bothello, 2023). Além disso, a confiabilidade será garantida pela documentação detalhada de todo o processo de coleta e análise de dados, o que permitirá a replicação do estudo e aumentará a credibilidade dos resultados obtidos (Cavalcanti, 2023)."

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão analisados três estudos de caso que refletem discrepâncias significativas entre a comunicação e as práticas de ESG (Environmental, Social, Governance) nas empresas Zara, Vale e Americanas. Cada caso foi escolhido pela relevância global e pelos impactos amplamente documentados em suas respectivas áreas de atuação, ilustrando falhas em um ou mais pilares do ESG.

- Zara: Este caso explora as práticas sociais da empresa, destacando o escândalo de trabalho análogo à escravidão em oficinas terceirizadas no Brasil, em 2011. Ele traz à tona questões sobre a governança social e as ações implementadas para corrigir as falhas, além de abordar como a comunicação da Zara pode ter promovido greenwashing.
- Vale: Este estudo examina dois grandes desastres ambientais – Mariana (2015) e Brumadinho (2019) – e destaca as consequências devastadoras de falhas de governança e gestão de riscos. Os casos também ilustram o impacto dessas crises na confiança dos stakeholders e a desconexão entre o discurso ESG e a prática real.
- Americanas: Este caso analisa as falhas de governança financeira evidenciadas pelo escândalo de fraude contábil em 2023. Ele explora como a falta de controles internos abalou a confiança do mercado e trouxe à tona uma possível desconexão entre a retórica de responsabilidade social e as práticas internas da empresa.

Os três estudos de caso foram escolhidos com base em sua relevância global, nos impactos sociais, ambientais e financeiros amplamente documentados e na visibilidade das crises associadas às suas operações. Ao analisar essas empresas, este trabalho busca compreender como o ESG é comunicado e implementado, investigando as discrepâncias entre discurso e prática e avaliando o impacto dessas falhas na confiança dos stakeholders.

4.1. ANÁLISE DO CASO ZARA

A análise do presente estudo sobre a situação da Zara no Brasil, uma das maiores varejistas de moda do mundo, que esteve envolvida em um escândalo de trabalho escravo em 2011 que abalou profundamente a reputação da empresa.

Através deste caso, busca-se compreender minuciosamente as implicações da Responsabilidade Social Corporativa e da Gestão da Cadeia de Fornecimento na atuação da empresa no país, bem como as medidas corretivas e preventivas adotadas após o ocorrido, visando evitar que situações semelhantes ocorram no futuro e garantir que a empresa esteja completamente em conformidade com todas as leis trabalhistas e os direitos humanos. Esse incidente levantou sérias questões sobre a responsabilidade social da empresa.

Além disso, serão amplamente abordados os impactos financeiros e a resposta dos consumidores diante dessa revelação impactante, assim como o papel fundamental desempenhado pela mídia na divulgação e repercussão desse caso alarmante.

Serão exploradas minuciosamente também as lições aprendidas a partir dessa experiência traumática e as possíveis melhorias que a Zara pode implementar em sua cadeia de fornecimento e política de Responsabilidade Social Corporativa, com o objetivo claro de reconstruir sua imagem e fortalecer sua posição no exigente mercado brasileiro, que agora exige altos padrões éticos das empresas.

Portanto, é de suma importância destacar os esforços incansáveis da Zara para reafirmar sua responsabilidade social e se tornar uma empresa modelo em termos de direitos trabalhistas e respeito aos direitos humanos. Através de revisões sistemáticas e rigorosas nos processos de seleção de fornecedores, bem como na aplicação de auditorias minuciosas para garantir a conformidade, a empresa está se esforçando para se reconstruir e se redimir diante do público consumidor brasileiro.

Em suma, este estudo abrangente e meticuloso busca fornecer uma análise aprofundada da situação da Zara no Brasil, bem como uma visão holística das implicações da Responsabilidade Social Corporativa e da Gestão da Cadeia de Fornecimento.

Espera-se que, por meio dessa análise detalhada, a empresa possa aprender lições valiosas, implementar melhorias significativas e, acima de tudo, recuperar a confiança do público consumidor brasileiro, estabelecendo-se novamente como uma líder no mercado de moda nacional.

4.1.1. Contextualização do Caso

No caso específico da Zara, o escândalo de trabalho escravo no Brasil envolveu oficinas terceirizadas de costura em São Paulo, onde trabalhadores foram encontrados em condições análogas à escravidão. Este incidente teve repercussão internacional e levantou debates sobre a responsabilidade das empresas em relação às condições de trabalho em sua cadeia de fornecimento.

A Zara, parte do grupo Inditex, é uma das maiores varejistas de moda do mundo, conhecida por seu modelo de negócios ágil e inovador. Apesar de seu sucesso, o caso no Brasil destacou falhas críticas em sua cadeia de fornecimento. As condições degradantes enfrentadas pelos trabalhadores terceirizados levaram a uma investigação rigorosa pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), resultando em multas e sanções que prejudicaram a imagem da empresa.

4.1.2. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste estudo inclui conceitos-chave sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e gestão da cadeia de fornecimento. A RSC refere-se ao compromisso das empresas de agir de forma ética e contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus funcionários e de suas famílias, bem como da comunidade local e da sociedade em geral. Por outro lado, a gestão da cadeia de fornecimento envolve supervisionar e coordenar todas as atividades relacionadas à produção e entrega de um produto, garantindo que os padrões éticos e legais sejam cumpridos em todas as etapas (Schiermeier, 2018).

4.1.2.1. Responsabilidade Social Corporativa

No contexto da Zara no Brasil, a responsabilidade social corporativa torna-se crucial. Após o escândalo do trabalho escravo, a empresa enfrentou críticas e sanções significativas, destacando a importância de abordar a RSC de maneira eficaz. Isso implica adotar práticas que promovam o bem-estar dos funcionários em toda a cadeia de fornecimento, desde as instalações de produção até as lojas. A Zara precisa demonstrar seu compromisso em garantir boas condições de trabalho em todas as fases de produção e implementar mecanismos eficazes de monitoramento e auditoria.

4.1.2.2. Gestão da Cadeia de Fornecimento

A gestão da cadeia de fornecimento da Zara no Brasil deve ser examinada em relação ao escândalo do trabalho escravo. Isso implica em garantir que os padrões éticos e legais sejam cumpridos por todos os fornecedores, a fim de evitar situações semelhantes no futuro. Além disso, a empresa precisa implementar uma abordagem proativa para monitorar e avaliar continuamente as práticas de seus fornecedores, assegurando que todas as operações estejam alinhadas aos princípios éticos e às normas trabalhistas.

4.1.2.3. Trabalho Escravo e Condições de Trabalho Dignas

Considerando o caso da Zara no Brasil, a questão do trabalho escravo e das condições de trabalho dignas torna-se crítica. O incidente revelou a presença de condições desumanas e desrespeitosas nas oficinas terceirizadas de costura. Portanto, é essencial abordar essa questão de forma abrangente, implementando medidas eficazes para erradicar o trabalho escravo e garantir um ambiente de trabalho digno para todos os funcionários ao longo da cadeia de fornecimento da Zara.

4.1.3. O Escândalo no Brasil

O escândalo no Brasil resultou em multas significativas para a Zara, no valor de R\$ 3 milhões, e na sua inclusão na 'lista suja' do trabalho escravo. Além disso, a empresa

assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT), comprometendo-se a realizar auditorias rigorosas em sua cadeia de fornecedores e a pagar indenizações aos trabalhadores afetados, como forma de lidar com as consequências negativas desse episódio.

4.1.4. Consequências e Ações Corretivas

Após o escândalo no Brasil, a Zara foi multada em R\$ 3 milhões, refletindo as consequências imediatas de práticas inadequadas em sua cadeia de fornecimento. Além da sanção financeira, a empresa foi submetida a ações corretivas para reparar os danos causados. Esse episódio serviu como um alerta para a necessidade de implementar mudanças significativas e eficazes em suas operações e práticas de fornecimento.

4.1.4.1. Multas e Sanções impositivas

A multa de R\$ 3 milhões aplicada à Zara serviu como uma sanção impositiva importante para assegurar a responsabilização da empresa em relação às violações encontradas em sua cadeia de fornecimento. Essa penalidade financeira também teve o propósito de desencorajar futuras ocorrências de trabalho escravo em empresas que atuam no Brasil.

4.1.4.2. Inserção na 'Lista Suja' do Trabalho Escravo

A inclusão da Zara na 'lista suja' do trabalho escravo representou uma consequência significativa do escândalo no Brasil. Essa medida pública teve como objetivo expor e constranger a empresa, além de informar o público em geral sobre sua vinculação a práticas inaceitáveis relacionadas ao trabalho escravo e condições precárias de trabalho.

4.1.4.3. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela Zara junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) evidenciou a disposição da empresa em adotar medidas corretivas e preventivas. Esse acordo estabeleceu compromissos claros para a auditoria da

cadeia de fornecedores e o pagamento de indenizações aos trabalhadores afetados, buscando reparar os danos causados pelo escândalo.

4.1.5. Auditoria da Cadeia de Fornecedores da Zara

Após o escândalo no Brasil, a Zara implementou um extenso processo de auditoria em sua cadeia de fornecedores. Isso envolveu a avaliação minuciosa das oficinas terceirizadas de costura, com foco na conformidade com as leis trabalhistas, condições de trabalho dignas e eliminação do trabalho escravo.

Além disso, a empresa estabeleceu critérios rígidos para a seleção e monitoramento de fornecedores, garantindo que apenas aqueles que atendem aos padrões exigidos sejam mantidos. Essa abordagem proativa visa garantir que a Zara opere com responsabilidade social em toda a sua cadeia de abastecimento.

4.1.5.1. Processos e Critérios de Auditoria

Os processos de auditoria da Zara incluem inspeções regulares e detalhadas nas instalações dos fornecedores, com foco na documentação trabalhista, práticas de remuneração, condições de trabalho e horas de trabalho. Além disso, a empresa emprega auditores treinados para identificar qualquer violação das leis trabalhistas e padrões éticos. Os critérios de auditoria são baseados em normas internacionais, legislação trabalhista local e diretrizes de responsabilidade social corporativa, garantindo que os fornecedores estejam alinhados com os valores e práticas da Zara.

4.1.5.2. Resultados e Impactos

Após a implementação rigorosa das auditorias, a Zara alcançou resultados significativos em sua cadeia de fornecimento. A empresa conseguiu identificar e corrigir não conformidades, efetivamente eliminando o trabalho escravo e promovendo condições de trabalho dignas. Além disso, os fornecedores que não atendiam aos critérios estabelecidos foram substituídos por alternativas mais responsáveis. Essas ações resultaram em impactos positivos para os trabalhadores, a marca Zara e a indústria de moda como um

todo, reforçando o compromisso da empresa com a responsabilidade social em todas as etapas de produção.

4.1.6. Pagamento de Indenizações e Compensações

Após o escândalo do trabalho escravo no Brasil, a Zara se comprometeu a pagar indenizações aos trabalhadores afetados. Os valores das indenizações foram determinados com base nos prejuízos sofridos pelos trabalhadores, levando em consideração questões como tempo de trabalho em condições precárias, danos à saúde, e impactos psicológicos. A empresa estabeleceu um fundo específico para garantir o pagamento das indenizações de forma justa e adequada, assegurando que as vítimas fossem devidamente compensadas pelos danos causados.

4.1.6.1. Procedimentos e Critérios

Os procedimentos para o pagamento de indenizações foram estabelecidos em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e outras autoridades competentes. Foi definido um processo claro e transparente para que os trabalhadores afetados pudessem solicitar as indenizações devidas. Além disso, critérios foram estabelecidos para avaliar os prejuízos sofridos, levando em conta aspectos como tempo de trabalho em situações degradantes, danos físicos e psicológicos, e perdas financeiras. Todo o processo foi conduzido de forma a garantir a justa reparação dos trabalhadores afetados.

4.1.6.2. Impactos nas Vítimas

O pagamento de indenizações teve impactos significativos nas vítimas do trabalho escravo. Além da compensação financeira pelos prejuízos sofridos, as indenizações contribuíram para promover a restauração da dignidade e autoestima dos trabalhadores afetados. Os valores pagos também permitiram que as vítimas buscassem tratamento médico e psicológico adequado, aliviando os danos causados pelas condições de trabalho degradantes. Em suma, as indenizações representaram um importante passo na reconstrução das vidas das vítimas e na reparação dos danos causados pela exploração laboral.

4.1.7. Análise dos Resultados e Lições Aprendidas

A análise dos resultados demonstrou que as medidas implementadas pela Zara após o escândalo no Brasil foram eficazes em melhorar as condições de trabalho em sua cadeia de fornecimento. A empresa adotou auditorias rigorosas, processos de seleção mais criteriosos e intensificou o monitoramento das oficinas terceirizadas.

Além disso, a Zara promoveu treinamentos regulares, implementou canais de denúncia seguros e reforçou suas políticas de responsabilidade social. Como lições aprendidas, a empresa entendeu a importância da transparência, da comunicação efetiva com os fornecedores e do engajamento com as partes interessadas para evitar futuros incidentes.

4.1.7.1. Eficácia das Medidas Implementadas

As medidas implementadas pela Zara foram eficazes em melhorar substancialmente as condições de trabalho em sua cadeia de fornecimento. As auditorias realizadas resultaram em uma identificação mais precisa das oficinas terceirizadas que não cumpriam os padrões éticos exigidos, permitindo à empresa tomar ações corretivas imediatas. Além disso, as indenizações pagas aos trabalhadores afetados contribuíram para reparar os danos causados. A Zara também estabeleceu parcerias mais próximas com seus fornecedores, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e digno em toda a sua cadeia produtiva.

4.1.7.2. Contribuições para a Responsabilidade Social Corporativa

As ações da Zara após o escândalo no Brasil geraram contribuições significativas para a responsabilidade social corporativa. A empresa se tornou um exemplo de como é possível realizar mudanças positivas e efetivas, assumindo a responsabilidade pela melhoria das condições de trabalho em sua cadeia de fornecimento.

Dessa forma, a Zara influenciou outras empresas do setor, promovendo maior conscientização sobre a importância de práticas éticas e de respeito aos direitos humanos.

Suas ações reforçaram o compromisso da empresa em atuar de forma responsável e sustentável em todas as etapas de sua cadeia produtiva.

4.2 ANÁLISE DO CASO BRUMADINHO E MARIANA

A análise detalhada dos casos de Mariana e Brumadinho à luz do ESG (Environmental, Social, and Governance), impacto econômico e greenwashing (técnica de marketing que busca transmitir uma imagem de empresa sustentável sem efetivamente implementar práticas responsáveis) é de suma relevância para uma compreensão aprofundada das consequências dos desastres ocorridos e da responsabilidade que recai sobre as empresas envolvidas (Santos; Sousa; Silva, 2024).

Esta análise ambiciona investigar minuciosamente os impactos sociais e ambientais desses trágicos eventos, identificar as lacunas que existem na governança corporativa e na regulamentação, analisar de maneira crítica as medidas adotadas para restaurar a confiança do público e compreender as mudanças imperativas na governança empresarial e regulatória que se fazem necessárias visando a prevenção de futuros desastres. Além disso, será efetuado um exame aprofundado do compromisso das empresas com as práticas ESG e responsabilidade corporativa, bem como uma análise do cenário atual no que tange à restauração da confiança do público nas organizações envolvidas. Esse estudo busca contribuir significativamente para o avanço das discussões sobre sustentabilidade e responsabilidade empresarial, elucidando questões-chave e promovendo o desenvolvimento de soluções efetivas para a prevenção e a mitigação desses trágicos eventos (Galimberti, 2023).

4.2.1 Contextualização dos Casos Mariana e Brumadinho

A contextualização histórica dos casos de Mariana e Brumadinho é absolutamente essencial para uma compreensão profunda do impacto devastador desses desastres ambientais. Em 2015, o Brasil testemunhou a terrível tragédia do rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana. Esse incidente teve um efeito catastrófico, resultando em uma tremenda crise ambiental e social de dimensões inimagináveis.

A vida de milhares de pessoas foi drasticamente afetada, enquanto o meio ambiente sofreu danos irreparáveis. A magnitude dessa catástrofe foi tão significativa que até hoje suas consequências são sentidas e enfrentadas pela população afetada.

No entanto, mesmo diante dessa dolorosa experiência, em 2019 o Brasil foi testemunha de outro rompimento de barragem, desta vez em Brumadinho. Esse desastre trágico reacendeu a discussão sobre a segurança das barragens e a responsabilidade das empresas envolvidas.

Ficou evidente que as lições que deveriam ter sido aprendidas após o incidente em Mariana foram negligenciadas. Tal falha cruelmente expõe o desprezo das empresas envolvidas pelas questões ambientais, sociais e de governança, além de deixar a comunidade e o meio ambiente vulneráveis a um impacto devastador.

Portanto, observa-se a necessidade urgente de responsabilidade e aprimoramento dos aspectos ambientais, sociais e de governança por parte das empresas. Os casos de Mariana e Brumadinho servem como lembretes alarmantes de que as consequências da negligência podem ser imensas e irreversíveis. É imprescindível que as medidas corretivas adequadas sejam tomadas para garantir a segurança das comunidades e a preservação do meio ambiente. Somente assim será possível evitar futuras tragédias e proteger as gerações presentes e futuras de uma herança ambiental envenenada (Gomes, 2024).

4.2.2 Impacto Social e Ambiental dos Desastres

O desastre de Mariana, ocorrido em 2015, resultou em um grave impacto social nos locais afetados, causando deslocamento forçado de comunidades inteiras, perda massiva de empregos e profundos danos psicológicos às vítimas que perderam seus lares e entes queridos.

Além desses impactos, a destruição da biodiversidade e a contaminação dos rios da região tiveram consequências ambientais significativas, levando à extinção de diversas espécies de fauna e flora e à interrupção dos meios de subsistência para várias comunidades que dependiam dos recursos naturais.

Da mesma forma, o desastre de Brumadinho, ocorrido em 2019, também deixou um legado de devastação social e econômica na região. Com mais de trezentas mortes confirmadas, o desmoronamento catastrófico da barragem de rejeitos de mineração deixou famílias desestruturadas, causando enorme dor e sofrimento para aqueles que perderam seus entes queridos. A economia local foi gravemente prejudicada, com empresas fechando e a oferta de empregos encolhendo drasticamente.

Além disso, o dano ambiental foi igualmente grave, com a contaminação do solo e da água, o que afetou negativamente a vida selvagem local, causando a morte de animais e desequilíbrio nos ecossistemas. Ambos os desastres evidenciaram de forma gritante o descaso das empresas envolvidas com a segurança e a saúde das pessoas.

A falta de manutenção adequada das infraestruturas, a negligência na gestão de resíduos e a ausência de protocolos de segurança adequados foram fatores determinantes na ocorrência desses eventos trágicos. Essas catástrofes também revelaram o impacto destrutivo das operações de mineração intensiva, com suas práticas irresponsáveis e a busca desenfreada pelo lucro acima de tudo, sem levar em consideração as consequências para o meio ambiente e para as comunidades afetadas. Sendo assim, tanto o desastre de Mariana quanto o de Brumadinho servem como alerta contundente para a necessidade de uma gestão mais responsável das atividades empresariais, com ênfase na segurança, no respeito ao meio ambiente e no bem-estar das comunidades locais.

É imprescindível que as lições aprendidas com esses trágicos episódios sejam internalizadas e que medidas efetivas sejam tomadas para prevenir novos desastres desse tipo. Somente assim poderemos caminhar em direção a um futuro mais seguro, sustentável e justo para todos (de Souza Soares, 2024).

4.2.3 Impacto Social nos Locais Afetados

O impacto social nos locais afetados pelos desastres de Mariana e Brumadinho foi devastador. Além das vítimas fatais, as comunidades locais sofreram com a destruição de casas, perda de meios de subsistência e a contaminação de recursos hídricos. Muitos moradores tiveram que ser realocados e enfrentaram dificuldades para reconstruir suas vidas.

Além disso, houve um impacto psicossocial significativo, com aumento de problemas de saúde mental e emocional. As empresas responsáveis tiveram um papel crucial na mitigação desses impactos, incluindo o apoio financeiro e psicossocial às comunidades atingidas (Gimenez, 2021).

4.2.4 Impacto Ambiental e Ecológico

O rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho resultou em um impacto ambiental e ecológico de grandes proporções. Os rejeitos de mineração liberados contaminaram rios, afluentes e áreas de vegetação, causando danos significativos à fauna e flora locais. Espécies de animais e plantas foram afetadas, levando à morte de peixes, desequilíbrio ecológico e destruição de ecossistemas naturais.

O desastre impactou negativamente as reservas hídricas da região, prejudicando o abastecimento de água e a qualidade do solo, o que teve consequências diretas e indiretas para as comunidades próximas. A remediação ambiental ainda está em andamento, visando mitigar o impacto a longo prazo e restaurar a biodiversidade da região (Mendes, 2024).

4.2.5 Falha em Aprender com o Desastre de Mariana

Após o desastre de Mariana, esperava-se sinceramente que as empresas e órgãos reguladores aprendessem de forma profunda e abrangente com os erros cometidos. No entanto, para a nossa surpresa e decepção, constata-se claramente que a falta de aprendizado é extremamente evidente diante do horrendo ocorrido em Brumadinho (Marciano, 2024).

As falhas de segurança, a falta de ações preventivas efetivas e a perturbadora negligência com a segurança das barragens mostram, de maneira alarmante, que as valiosas lições extraídas do desastre anterior não foram devidamente absorvidas e internalizadas.

Esse triste padrão terrivelmente recorrente de repetição de erros revela, de forma contundente, a existência de um sério problema estrutural na gestão de riscos e, mais preocupante ainda, na cultura de segurança das empresas envolvidas.

A falta de uma abordagem proativa, de uma mentalidade verdadeiramente voltada para a preservação da vida e do meio ambiente, demonstra de maneira incontestável a falha em internalizar e implementar mudanças significativas para evitar novas tragédias devastadoras. É absolutamente inaceitável que vidas sejam colocadas em risco repetidamente e que o ambiente seja descartado como algo dispensável.

As consequências desastrosas dessas tragédias impactam não só as comunidades diretamente afetadas, mas também toda a sociedade e o ecossistema como um todo. Acreditava-se que a ética e a consciência haviam, finalmente, encontrado espaço fundamental nas decisões e práticas corporativas.

No entanto, a realidade nos mostra que ainda há uma longa estrada a percorrer e uma mudança de mentalidade e prioridades a ser efetivamente concretizada. É imperativo que as empresas, os órgãos reguladores e a sociedade como um todo assumam a responsabilidade pela construção de uma cultura de segurança verdadeiramente eficiente e relevante.

Medidas concretas precisam ser tomadas para garantir inspeções rigorosas, manutenção adequada, investimentos substanciais em tecnologia de ponta e, acima de tudo, uma liderança comprometida com a preservação da vida e do meio ambiente. Não podemos permitir que a memória dessas tragédias seja esquecida e que a impunidade prevaleça.

É hora de agir com determinação, coragem e responsabilidade, para que as próximas gerações não sejam condenadas a repetir os mesmos erros trágicos. A segurança das barragens e a gestão de riscos devem ser prioridades inegociáveis em qualquer empreendimento, pois o futuro de nossa nação e do planeta está inexoravelmente ligado a essas decisões. Chega de tragédias evitáveis, chega de aprendizados ignorados. Juntos, podemos e devemos construir um futuro seguro, sustentável e próspero para todos.

4.2.6 Falhas de Governança e Regulamentação

As falhas de governança e regulamentação nos casos Mariana e Brumadinho foram severamente evidenciadas pela falta de fiscalização eficiente por parte dos órgãos

competentes, bem como pela total ausência de medidas preventivas por parte das empresas responsáveis.

A fragilidade das leis ambientais existentes e a notável falta de rigor na aplicação de penalidades contribuíram significativamente para a perpetuação do descaso com a segurança das barragens, acarretando consequências devastadoras para o meio ambiente e para as comunidades afetadas.

A atuação insuficiente do Estado, que deveria ser o principal regulador e fiscalizador, e a notável falta de transparência nas relações entre empresas e órgãos reguladores mostraram-se fatores determinantes para o agravamento dos impactos causados pelos desastres.

Esses trágicos eventos evidenciam de forma inequívoca a necessidade urgente de uma revisão profunda nos mecanismos de governança e regulamentação do setor, visando garantir a segurança de nossos recursos naturais, bem como a proteção e bem-estar das comunidades que vivem próximas dessas barragens.

Cabe ressaltar que uma governança e regulamentação robustas são pilares essenciais para a prevenção de futuros desastres e para a promoção de um desenvolvimento sustentável e responsável. A implementação de medidas mais rigorosas e eficientes, aprimorando a fiscalização e punindo de forma exemplar as empresas negligentes, são passos cruciais rumo a uma mudança radical nesse cenário.

É imperativo que os órgãos reguladores e instituições responsáveis demonstrem maior compromisso e responsabilidade na proteção dos recursos naturais e na garantia da segurança das populações afetadas, para que episódios tão trágicos e devastadores como os acontecidos em Mariana e Brumadinho não se repitam. Juntos, podemos trabalhar para a implantação de uma cultura de segurança e responsabilidade, assegurando que as comunidades estejam protegidas de qualquer risco proveniente de atividades industriais, especialmente as relacionadas a barragens.

Essa é uma causa de extrema importância para o presente e para as futuras gerações, e exige ação conjunta e determinada de todos os envolvidos. A proteção do meio

ambiente e da vida humana deve sempre vir em primeiro lugar, e é nossa responsabilidade cobrar por uma governança e regulamentação efetivas, que garantam a segurança e o bem-estar de todos. Devemos tomar consciência de que a responsabilidade diante desses desastres ambientais é compartilhada e deve ser assumida por todos nós.

Os governos, as empresas e a sociedade como um todo têm o dever de trabalhar em conjunto, adotando medidas e políticas que garantam a proteção da natureza e das comunidades em risco. Isso envolve o fortalecimento dos órgãos de fiscalização, a revisão das leis ambientais e a criação de mecanismos de controle mais rigorosos. Além disso, é fundamental ampliar o diálogo entre empresas, comunidades e reguladores, promovendo a transparência e o engajamento de todos os setores envolvidos. Somente assim poderemos evitar que desastres como os de Mariana e Brumadinho se repitam, trazendo mais sofrimento e destruição.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de investir em tecnologias e práticas mais seguras para a construção e operação de barragens. A inovação nesse setor é crucial para garantir a estabilidade das estruturas e prevenir vazamentos e rompimentos, que podem ter consequências catastróficas. Dessa forma, é essencial que as empresas se comprometam a adotar tecnologias de ponta e seguir os mais altos padrões de segurança, visando proteger a vida humana e o meio ambiente.

É importante destacar que a responsabilidade não se encerra com a implementação de medidas preventivas e de segurança. É imprescindível estabelecer um plano de contingência eficiente, capaz de lidar de forma rápida e efetiva com possíveis desastres. Isso envolve treinamentos, simulações e a disponibilidade de recursos materiais e humanos para atuar em casos de emergência. Além disso, é necessário estabelecer mecanismos de reparação e compensação para as comunidades afetadas, garantindo que sejam devidamente amparadas e ressarcidas pelos danos sofridos.

Por fim, é fundamental que haja uma mudança cultural em relação à questão da segurança das barragens. A sociedade como um todo precisa se conscientizar da importância de exigir a implementação de medidas efetivas de prevenção e controle, cobrando ações responsáveis por parte das empresas e das autoridades competentes.

Somente com uma ampla conscientização e mobilização será possível garantir que esses desastres sejam evitados e que o meio ambiente e as comunidades estejam protegidos.

Nesse sentido, é necessário que todos os setores da sociedade se unam em prol dessa causa, trabalhando em conjunto para garantir que as tragédias de Mariana e Brumadinho não se repitam. É responsabilidade de cada um de nós cobrar ações efetivas por parte das autoridades, pressionar as empresas por práticas mais seguras e conscientes e promover a conscientização e o engajamento da população em geral. Somente assim poderemos construir um futuro mais seguro e sustentável para todos.

4.2.7 Relação com Investidores e Recuperação de Confiança

Após os devastadores acontecimentos que ocorreram nas cidades de Mariana e Brumadinho, as empresas envolvidas se viram diante de uma situação extremamente delicada com a relação aos seus investidores. A confiança no setor como um todo foi fortemente abalada, e as companhias precisaram tomar medidas enérgicas para recuperar a credibilidade perdida no mercado.

Para tanto, foi necessário adotar uma estratégia abrangente que envolvesse a divulgação transparente de informações, a implementação de práticas de segurança mais rigorosas e a demonstração efetiva de comprometimento com a responsabilidade ambiental e social.

Além dessas iniciativas cruciais, as empresas também se viram obrigadas a apresentarem planos sólidos de recuperação e prevenção de eventuais incidentes futuros. É imperativo reconquistar completamente a confiança tanto dos investidores como do público em geral, e isso só será possível através de uma abordagem resiliente e abrangente. A transparência se torna uma palavra-chave nesse processo, pois é necessário que todas as informações pertinentes sejam divulgadas de forma clara e acessível, a fim de demonstrar um profundo compromisso com a reconstrução do setor.

Este momento crítico também exige que as empresas priorizem estratégias que garantam a segurança das comunidades impactadas e do meio ambiente como um todo. A sociedade não se contenta mais com promessas vazias e espera por ações concretas. Dessa

forma, a responsabilidade ambiental e social se torna um diferencial fundamental para a reconstrução das relações entre empresas e investidores.

Portanto, a jornada para recuperar a confiança perdida será longa e desafiadora, mas é essencial que as empresas demonstrem um verdadeiro compromisso com a implementação de medidas de segurança mais eficazes e com a proteção ambiental. Somente assim, com um plano consistente e uma postura transparente, será possível reestabelecer a relação de confiança com os investidores e o público em geral. O futuro do setor depende dessa reconstrução responsável e resiliente, onde a ética e a sustentabilidade sejam valores imprescindíveis (Sousa, 2024).

4.2.8 Medidas Adotadas para Restaurar a Confiança Pública

Após os desastres de Mariana e Brumadinho, as empresas envolvidas adotaram diversas medidas para restaurar a confiança pública. Algumas das ações incluem a revisão e fortalecimento dos protocolos de segurança nas operações, implementação de auditorias internas e externas mais rigorosas, maior transparência nas comunicações com stakeholders e investidores, e investimentos significativos em projetos de recuperação ambiental e reparação socioeconômica nas áreas afetadas.

Além disso, houve um esforço considerável para aumentar o envolvimento da comunidade local e organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão das empresas, visando criar uma relação mais transparente, inclusiva e colaborativa. Essas medidas têm sido fundamentais para reconstruir a confiança e o respeito das comunidades afetadas, investidores e do público em geral, promovendo um ambiente mais seguro, sustentável e responsável. Nesse sentido, as empresas têm buscado parcerias estratégicas com especialistas e entidades governamentais para aprimorar ainda mais suas práticas de segurança e prevenção de acidentes, garantindo que eventos devastadores como os ocorridos em Mariana e Brumadinho não se repitam.

Através da implementação dessas medidas e da contínua colaboração com as partes interessadas, as empresas estão demonstrando um compromisso genuíno com a reparação dos danos causados, bem como com o desenvolvimento de um setor corporativo mais responsável e consciente das suas obrigações socioambientais.

É essencial destacar que a restauração da confiança pública não é um processo rápido ou fácil, mas é uma jornada permanente e contínua que exige um comprometimento consistente por parte das empresas envolvidas. Assim, ao adotar tais medidas, as empresas estão não apenas buscando reparar os danos passados, mas também criando bases sólidas para um futuro mais seguro, justo e sustentável (Soares; Sousa, 2024).

4.2.9 Mudanças na Governança Empresarial e Regulatória

Após os desastres de Mariana e Brumadinho, houve uma pressão significativa para mudanças na governança empresarial e regulatória no Brasil. Isso resultou na implementação de novas leis e regulações mais rígidas para a indústria de mineração, com o objetivo de prevenir futuros desastres ambientais.

As empresas do setor tiveram que reavaliar suas políticas de gestão de riscos, processos de monitoramento e manutenção de infraestruturas, promovendo uma abordagem mais proativa para a segurança e o planejamento de contingência. O foco agora é garantir a confiabilidade das estruturas e equipamentos utilizados na mineração, por meio de auditorias e inspeções regulares.

Além disso, houve uma maior exigência de transparência e responsabilidade por parte das autoridades regulatórias, levando a uma mudança significativa na maneira como as empresas operam e são supervisionadas. É fundamental que as empresas implementem sistemas de monitoramento e relatórios abrangentes, que permitam uma visão detalhada das operações em tempo real, a fim de identificar e corrigir prontamente qualquer falha ou violação de segurança.

A colaboração entre empresas, órgãos reguladores e comunidades locais também é essencial para garantir um ambiente de mineração seguro e sustentável. Assim, o setor de mineração no Brasil está passando por uma transformação profunda, com foco na prevenção de riscos e no fortalecimento da responsabilidade corporativa, a fim de evitar repetições de desastres passados.

4.2.10 Compensações Financeiras e Reparações

As empresas responsáveis pelos desastres de Mariana e Brumadinho foram obrigadas a pagar compensações financeiras e reparar os danos causados. No caso de Mariana, a Vale e a BHP Billiton concordaram em um acordo de indenização de R\$ 20 bilhões. Em relação a Brumadinho, a Vale anunciou um valor de R\$ 37,68 bilhões em compensações, incluindo indenizações individuais, despesas com reassentamento, remediação ambiental, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e apoio às comunidades afetadas.

Essas medidas visam não apenas mitigar o impacto social e ambiental dos desastres, mas também promover a recuperação dessas regiões, impulsionando a economia local e garantindo a segurança dos trabalhadores e da população em geral. Além das compensações financeiras, as empresas também estão comprometidas em implementar ações de reparação ambiental de longo prazo. Isso inclui a remoção completa dos rejeitos, a recuperação das áreas degradadas, a implementação de programas de monitoramento ambiental rigorosos e a execução de projetos de reflorestamento em larga escala.

Essas medidas têm como objetivo restaurar a biodiversidade local, proteger os recursos hídricos e promover a sustentabilidade nas áreas afetadas. Outra prioridade das empresas é reconstruir as comunidades impactadas pelos desastres, assegurando que as pessoas afetadas recebam o apoio necessário para reconstruir suas vidas. Isso inclui a realocação adequada das famílias, a garantia de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e a promoção de oportunidades de emprego e geração de renda.

Além disso, estão sendo implementados programas de assistência psicossocial, visando atender às necessidades emocionais das vítimas e ajudá-las a superar o trauma causado pelos eventos trágicos. As empresas estão sujeitas a uma fiscalização rigorosa para garantir o cumprimento de todas as medidas estipuladas nos acordos de indenização e reparação. Órgãos governamentais, organizações não governamentais e comunidades locais estão envolvidos nesse processo de monitoramento, visando garantir a transparência e a efetividade das ações realizadas.

É importante ressaltar que mesmo com todas as medidas adotadas, os impactos causados pelos desastres de Mariana e Brumadinho ainda serão sentidos por muitos anos. É um trabalho em progresso, que requer um esforço contínuo e colaboração de todos os envolvidos. A aprendizagem com essas tragédias é crucial para evitar que situações semelhantes ocorram no futuro e para fortalecer a fiscalização e a regulamentação das empresas envolvidas na indústria de mineração. Somente assim, poderemos garantir a segurança das comunidades, a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

4.2.11 Descaracterização de Barragens e Segurança Estrutural

A descaracterização de barragens é um processo complexo e fundamental para garantir a segurança estrutural dessas estruturas após o encerramento de suas operações. Nas tragédias de Mariana e Brumadinho, fica evidente que a falta de manutenção adequada e a ausência de medidas eficientes de descaracterização foram fatores determinantes para os desastres ocorridos.

Portanto, é imprescindível compreender que a segurança estrutural das barragens não pode ser negligenciada. No intuito de evitar rompimentos e minimizar impactos sociais e ambientais desastrosos, é indispensável a implementação de tecnologias e técnicas de descaracterização que garantam a integridade das barragens. Isso inclui avaliações rigorosas, monitoramento contínuo e adoção de medidas preventivas. Somente dessa forma é possível prevenir futuras tragédias e preservar a vida, o meio ambiente e o bem-estar das comunidades.

A análise desses casos em relação aos princípios ESG (Environmental, Social and Governance, ou Ambiental, Social e Governança) reforça a importância crucial da descaracterização adequada das barragens e da manutenção de sua segurança estrutural. A adoção de práticas responsáveis é fundamental para garantir a sustentabilidade, a transparência e a confiança do público nas empresas envolvidas nesse setor. Investir em pesquisas, capacitação técnica e inovação é essencial para aprimorar as técnicas de descaracterização de barragens, com o objetivo de manter a segurança estrutural a longo prazo.

Além disso, é necessário estabelecer uma regulamentação mais rígida e efetiva, com a participação ativa de órgãos governamentais, empresas e sociedade civil. Portanto, diante das tragédias ocorridas e das lições aprendidas, é imperativo que medidas sejam tomadas para fortalecer a descaracterização de barragens, promovendo a segurança estrutural, a prevenção de riscos e a preservação do meio ambiente. Somente assim será possível construir um futuro mais seguro e sustentável para todos.

4.2.12 Compromisso das Empresas com ESG e Responsabilidade Corporativa

O compromisso das empresas com ESG (Environmental, Social, and Governance) e responsabilidade corporativa é de extrema importância para reconstruir a confiança pública após os desastres ambientais ocorridos em Mariana e Brumadinho.

As companhias precisam demonstrar um comprometimento real com as práticas ambientais, sociais e de governança, indo além do mero discurso. Isso significa que elas devem não apenas promover ações pontuais, mas também investir em pesquisas que visam a redução dos impactos ambientais, no desenvolvimento e implementação de tecnologias limpas e sustentáveis, na criação de políticas transparentes e na promoção da diversidade e inclusão em todas as esferas da empresa.

É fundamental que as empresas forneçam relatórios claros e detalhados sobre suas ações, com o intuito de garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade. Esses relatórios devem abranger não apenas as metas e objetivos alcançados, mas também os desafios enfrentados e as melhorias implementadas ao longo do caminho.

Dessa forma, é possível garantir que as empresas estejam sempre comprometidas com aprimoramento contínuo e com a busca por soluções realmente efetivas. Além disso, as empresas também devem se engajar de forma ativa e significativa nas comunidades em que estão inseridas. Isso implica em contribuir para o desenvolvimento local, promovendo o crescimento econômico sustentável, a geração de empregos de qualidade, o apoio a iniciativas sociais e o fortalecimento das relações de confiança com os moradores.

Essas ações são fundamentais para promover impactos positivos e garantir que as empresas sejam agentes de transformação social. Por fim, a adoção de padrões éticos e responsáveis não pode ser encarada como apenas uma estratégia de marketing, mas sim como uma filosofia empresarial que permeia todas as decisões e ações.

As empresas devem estar cientes de que adotar práticas sustentáveis e responsáveis não apenas contribui para a proteção do meio ambiente e o bem-estar social, mas também traz benefícios econômicos e fortalece sua reputação perante os consumidores e investidores.

Portanto, é essencial que as empresas estejam comprometidas em agir de forma responsável e em se colocar como agentes de mudança no atual cenário socioambiental.

4.3 ANÁLISE DO CASO BRUMADINHO E MARIANA

A análise do caso Americanas no contexto ESG visa examinar de forma aprofundada e abrangente o impacto significativo que a governança corporativa e o relacionamento com os stakeholders têm exercido sobre a empresa. Será minuciosamente abordado um amplo conjunto de ações adotadas pela Americanas com o intuito de recuperar a confiança de seus parceiros e da sociedade como um todo, principalmente após eventuais desafios enfrentados.

Nesta análise, serão cuidadosamente exploradas as investigações internas realizadas pela Americanas, bem como as medidas de reestruturação implementadas pela empresa para aprimorar seus processos e garantir a transparência em sua atuação. Além disso, será dada uma atenção especial ao reforço na governança corporativa, destacando os passos significativos que a empresa tem tomado para fortalecer sua estrutura interna e garantir que suas práticas estejam alinhadas com os padrões mais elevados de transparência e responsabilidade (Fogaça; Borges, 2024).

Um tema especialmente relevante que será abordado é a questão do greenwashing, onde será analisada criticamente a falha na retórica ESG praticada pela Americanas. Será discutido em detalhes como a empresa tem lidado com essa questão, especialmente no que se refere a seus relatórios e divulgações públicas, e como ela pretende evitar o

greenwashing em seus compromissos futuros. Por fim, essa análise ampliada também se aprofundará no impacto abrangente que as ações da Americanas têm nas esferas social, ambiental e financeira.

Será examinado minuciosamente como a empresa tem buscado contribuir positivamente para a sociedade, por meio de investimentos em ações sociais e benefícios para a comunidade onde está inserida. Além disso, será levado em conta o impacto ambiental das operações, bem como as políticas adotadas pela empresa para minimizar seu impacto negativo no meio ambiente (Araújo et al., 2022).

Também serão focalizados os aspectos financeiros, analisando em detalhes o desempenho econômico da empresa e sua sustentabilidade financeira a longo prazo. Por meio dessa análise expandida, pretende-se oferecer uma visão completa e abrangente do caso Americanas no contexto ESG, permitindo uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pela empresa, bem como de suas iniciativas para se tornar um agente de impacto positivo nos negócios e na sociedade.

4.3.1 Governança Corporativa e Relacionamento com Stakeholders

A análise aprofundada do caso Americanas no contexto ESG revela a extrema importância da governança corporativa e do relacionamento com os stakeholders como fatores determinantes para o sucesso sustentável de uma empresa. Infelizmente, a Americanas enfrentou desafios significativos que abalaram sua reputação no quesito transparência, ética e responsabilidade corporativa, o que acabou afetando diretamente a confiança tanto de seus stakeholders internos quanto externos.

A falta de comunicação eficaz e a ausência de práticas sustentáveis foram os principais pontos de crítica e questionamento por parte de investidores, colaboradores e consumidores. No entanto, a Americanas, ciente da importância de reconstruir essa confiança abalada, tomou medidas concretas e efetivas para reverter esse cenário adverso.

Uma dessas medidas incluiu a revisão minuciosa de todas as suas políticas de governança, a fim de garantir que estejam alinhadas com os mais elevados padrões éticos e

de transparência. Além disso, a empresa também priorizou a nomeação de líderes comprometidos com tais valores, que sejam verdadeiros exemplos de integridade e que inspirem confiança em todas as esferas da organização.

Essa mudança de liderança reflete o compromisso explícito da Americanas em promover uma cultura corporativa sólida e sustentável. Outro passo importante dado pela Americanas foi o estabelecimento de canais de diálogo contínuo e aberto com todos os seus stakeholders, a fim de promover a troca de ideias, sugestões e preocupações. É por meio desse diálogo constante que a empresa busca fortalecer a relação com seus investidores, promover uma maior confiança em seus consumidores e assegurar um comprometimento cada vez mais profundo de seus colaboradores.

A Americanas está ciente de que a construção de relacionamentos sólidos e confiáveis com seus stakeholders é a base para o sucesso a longo prazo, e está disposta a investir todos os recursos necessários para concretizar esse objetivo. Essas ações demonstram um compromisso realmente efetivo e genuíno da Americanas com a governança corporativa e a responsabilidade social. A empresa entende que não basta apenas seguir as regras e regulamentações, mas sim adotar uma abordagem proativa, transparente e ética em todas as suas operações. A Americanas busca ser uma referência no mercado, liderando pelo exemplo e inspirando outras empresas a adotarem práticas sustentáveis e responsáveis.

Em suma, a Americanas aprendeu com seus erros e está determinada a fortalecer sua posição como uma empresa que se preocupa verdadeiramente com os interesses de todos os seus stakeholders. A empresa reconhece que o sucesso sustentável só é possível quando há confiança mútua e um compromisso inabalável com a governança corporativa e a responsabilidade social. A Americanas está empenhada em trilhar esse caminho e se tornar um modelo a ser seguido por outras empresas em busca de excelência nos aspectos ESG (Landim, 2024).

4.3.2 Ações para Recuperar a Confiança

Após os incidentes que abalaram a confiança dos stakeholders, a Americanas implementou diversas ações para recuperar a credibilidade. Isso incluiu a divulgação de

um plano transparente de reparação de danos, a nomeação de uma equipe de responsabilidade social corporativa para supervisionar as iniciativas de melhoria e a realização de reuniões regulares com investidores e outros stakeholders para prestar contas das ações tomadas. Além disso, a empresa contratou consultores externos especializados em ESG para revisar e aprimorar suas práticas, buscando garantir que seus esforços tivessem um impacto positivo e duradouro (Ferola, 2024)

4.3.3 Investigações Internas e Governança

No âmbito das investigações internas, a Americanas está focada em identificar quaisquer falhas de governança que tenham contribuído para as questões levantadas. Isso inclui a revisão minuciosa de operações e práticas internas para garantir que os padrões éticos e de transparência sejam integralmente respeitados.

Além disso, a empresa está implementando medidas para fortalecer sua governança, incluindo a revisão e possível reformulação de políticas, a fim de garantir que os incidentes do passado não se repitam. A transparência e o compromisso com a conformidade serão elementos-chave nesse processo de aprimoramento da governança corporativa (Broetto, 2024)

4.3.4 Medidas de Reestruturação

Para lidar com as questões de governança e confiança dos stakeholders, a Americanas implementou diversas medidas de reestruturação. Isso incluiu a revisão e reformulação de políticas internas, a nomeação de novos líderes e a reorganização de departamentos-chave.

A empresa investiu em programas de capacitação e conscientização para colaboradores em todos os níveis, visando fortalecer a cultura organizacional e prevenir futuros desvios éticos ou de conduta. Essas medidas foram adotadas como parte de um esforço abrangente para reconstruir a reputação da empresa e restaurar a confiança do mercado e dos investidores (Nascentes, 2024).

4.3.5 Reforço na Governança

Após as investigações internas e medidas de reestruturação, a Americanas implementou um reforço significativo em sua governança corporativa. Isso incluiu a revisão e fortalecimento de seus processos internos, aprimoramento das políticas de ética e compliance, além da nomeação de novos membros para o conselho de administração.

A empresa intensificou a transparência de suas operações e tomada de decisão, garantindo uma comunicação clara e precisa com os stakeholders. Essas ações foram essenciais para reconstruir a confiança no mercado e fortalecer a posição da empresa no contexto ESG (Marques, 2024).

4.3.6 Greenwashing: Falha na Retórica ESG

No contexto ESG, a prática de greenwashing representa uma falha significativa na retórica das empresas, visto que promove uma imagem falsa de compromisso ambiental. No caso das Americanas, é crucial examinar se as ações tomadas em nome da sustentabilidade refletem realmente um impacto positivo no meio ambiente, ou se são apenas estratégias de marketing.

A transparência e ações concretas são elementos essenciais para evitar o greenwashing, e a análise criteriosa das iniciativas sustentáveis das Americanas se faz necessária para identificar qualquer discrepância entre a retórica e a prática efetiva (Rodrigues, 2024).

4.3.7 Impacto Social, Ambiental e Financeiro

No contexto ESG, o impacto social, ambiental e financeiro da Americanas é significativo. A empresa tem adotado ações para reduzir seu impacto ambiental, incluindo a implementação de práticas de sustentabilidade em suas operações e o compromisso com a redução das emissões de carbono.

No aspecto social, a Americanas tem investido em programas de responsabilidade social corporativa, como capacitação de colaboradores, incentivo à diversidade e inclusão

no ambiente de trabalho, e apoio a comunidades carentes. Financeiramente, a empresa tem buscado aumentar a transparência em relação aos seus investimentos e finanças, demonstrando comprometimento com a governança e responsabilidade financeira (Teixeira, 2024).

4.4 RESULTADOS

A análise do caso da Zara no Brasil evidenciou a importância da responsabilidade social corporativa e da gestão eficaz da cadeia de fornecimento. É crucial que as empresas estejam atentas às condições de trabalho em suas operações terceirizadas, a fim de evitar escândalos e consequências legais.

A transparência e a prestação de contas são fundamentais para a manutenção de uma imagem positiva perante os consumidores e a sociedade em geral. Recomenda-se que as empresas do setor adotem práticas de responsabilidade social corporativa rigorosas e implementem auditorias frequentes em sua cadeia de fornecedores, garantindo o cumprimento de normas trabalhistas e condições dignas de trabalho para todos os colaboradores envolvidos.

O estudo revelou que a Zara enfrentou sérias consequências após o escândalo de trabalho escravo no Brasil, incluindo multas, inserção na "lista suja" do trabalho escravo e a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta. As medidas corretivas adotadas, como a auditoria da cadeia de fornecedores e o pagamento de indenizações, tiveram impactos significativos. Portanto, a lição aprendida é que a responsabilidade social corporativa deve ser uma prioridade para as empresas, especialmente aquelas do setor de vestuário e moda. A transparência, a prestação de contas e a dedicação à ética nos negócios são fundamentais para evitar violações trabalhistas e preservar a reputação da empresa.

Com base no estudo de caso da Zara, recomenda-se que as empresas do setor adotem práticas de responsabilidade social corporativa robustas, desde a seleção criteriosa de fornecedores até a implementação de auditorias frequentes. Além disso, é essencial estabelecer canais transparentes de comunicação e atuar proativamente na prevenção de violações trabalhistas.

A criação de parcerias com organizações e entidades que promovem a defesa dos direitos humanos e trabalhistas também é fundamental. Dessa forma, as empresas poderão garantir condições dignas de trabalho em toda a sua cadeia de fornecimento, sem comprometer a ética e a integridade de suas operações, mas no eventos do desastres de Mariana e Brumadinho não foram os mesmos, aliás, o cenário atual de níveis de confiança não se restabeleceram confiáveis.

Os níveis de confiança ainda não foram completamente restaurados após os trágicos desastres de Mariana e Brumadinho. Apesar das medidas adotadas pelas empresas e do compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG), a opinião pública continua cética em relação à segurança das operações mineradoras.

A falta de confiança é exacerbada pela descaracterização de barragens e pelas falhas de governança e regulamentação que possibilitaram tais desastres devastadores. A recuperação total da confiança exigirá não apenas ações imediatas e compensações financeiras, mas também uma mudança significativa na cultura corporativa, transparência nas operações e na efetiva governança das empresas do setor de mineração.

Essa mudança transformadora deve ser acompanhada por um compromisso genuíno com práticas responsáveis e sustentáveis, garantindo assim a segurança das comunidades, o meio ambiente e o futuro das atividades de mineração. Somente através do cumprimento rigoroso de protocolos de segurança, investimentos em tecnologia avançada e práticas de gestão cuidadosas, poderemos reconstruir a confiança perdida e estabelecer uma indústria de mineração mais confiável e responsável.

Diante do caso Americanas no contexto ESG, é fundamental que a empresa promova uma cultura organizacional mais transparente e ética, fortalecendo a governança corporativa e o relacionamento com seus stakeholders. Além disso, é recomendável que a companhia adote medidas concretas de reestruturação e investimentos em projetos e ações ambientais e sociais, visando mitigar os impactos negativos identificados.

É imperativo também realizar investigações internas rigorosas e implementar práticas que evitem o greenwashing, assegurando que a comunicação e as ações estejam alinhadas com os princípios ESG. Por fim, a Americanas deve considerar o impacto

financeiro de suas iniciativas, buscando equilibrar as metas de sustentabilidade com a geração de valor aos acionistas e demais stakeholders.

A metodologia de pesquisa utilizada para este estudo foi a qualitativa, com abordagem de estudo de caso. A escolha por essa metodologia permitiu uma compreensão aprofundada do escândalo envolvendo a Zara no Brasil, fornecendo insights detalhados sobre as práticas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão da Cadeia de Fornecimento da empresa.

Os tipos de pesquisa utilizados incluíram revisão bibliográfica, análise de documentos legais e relatórios, além de entrevistas com representantes da Zara e do Ministério Público do Trabalho. Essa abordagem multi-métodos permitiu a triangulação das informações, aumentando a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise de documentos oficiais, relatórios de auditoria, e entrevistas semiestruturadas. Já a análise dos dados foi realizada por meio da codificação e categorização dos temas relevantes, seguida da interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado.

O caso de trabalho escravo no Brasil envolvendo a Zara foi um evento de grande repercussão em 2011, quando a empresa foi acusada de utilizar oficinas terceirizadas de costura em São Paulo, onde trabalhadores foram encontrados em condições análogas à escravidão. Esse escândalo chamou a atenção para as práticas da Zara e levantou questões sobre a responsabilidade da empresa em relação aos seus fornecedores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as práticas de ESG (Environmental, Social, Governance) em grandes corporações, utilizando os casos da Zara, Vale e Americanas como exemplos para compreender a relação entre discurso e prática. A partir dos estudos de caso, foi possível identificar discrepâncias importantes entre as iniciativas anunciadas e as ações efetivamente implementadas, bem como os impactos dessas falhas nos aspectos social, ambiental e de governança.

No caso da Zara, o escândalo envolvendo trabalho análogo à escravidão evidenciou falhas graves na supervisão da cadeia de fornecimento, gerando repercussões significativas para sua reputação e obrigando a empresa a adotar mudanças estruturais em sua governança social. Os desastres de Mariana e Brumadinho, por sua vez, mostraram como a negligência no pilar ambiental e a gestão de riscos insuficiente podem ter consequências devastadoras para comunidades, ecossistemas e para a própria credibilidade da empresa. Já o caso da Americanas trouxe à tona a importância de uma governança financeira robusta, destacando como a falta de transparência e de controles internos pode comprometer não apenas a imagem corporativa, mas também a confiança de stakeholders e investidores.

A análise dos casos permitiu observar que, em muitos momentos, o ESG foi utilizado como uma estratégia de comunicação para atrair confiança e melhorar a reputação das empresas, sem que houvesse ações concretas que sustentassem esses compromissos. Essa prática, conhecida como *greenwashing*, revela um desalinhamento entre retórica e realidade que pode resultar em crises de credibilidade e na perda da confiança dos públicos envolvidos.

Os resultados deste estudo reforçam que o ESG não deve ser apenas uma ferramenta retórica das empresas, mas uma prática que esteja profundamente integrada aos valores éticos e às demandas sociais e ambientais. Ao longo da análise dos casos, foi possível identificar que empresas como a Zara, a Vale e as Americanas, em seus respectivos escândalos, priorizaram a comunicação de uma imagem responsável, mas não implementaram de maneira eficaz as mudanças necessárias. Por exemplo, no caso da Zara, as auditorias pós-escândalo de trabalho escravo mostraram esforços de mudança, mas a falta de monitoramento contínuo resultou em falhas persistentes. Já no caso da Vale, as

medidas de segurança pós-Mariana não evitaram o desastre de Brumadinho, revelando a falha na real implementação das promessas feitas. Esses casos ilustram claramente que um compromisso superficial pode prejudicar gravemente a reputação das empresas e comprometer sua sustentabilidade a longo prazo.

Quando as empresas conseguem alinhar de fato suas práticas com os compromissos anunciados, elas se tornam mais resilientes a crises. A análise demonstrou que a consistência entre o discurso e a ação não é apenas crucial para manter a confiança dos stakeholders, mas também para preservar a viabilidade financeira e reputacional. As organizações que não conseguem esse alinhamento, como mostrado nas empresas analisadas, enfrentam sérios riscos, como a perda de credibilidade pública, prejuízos financeiros e danos legais. Assim, garantir a efetividade das práticas ESG vai além de uma responsabilidade ética, configurando-se como uma estratégia essencial para a perenidade e competitividade das empresas no cenário atual.

Este TCC também aponta para a necessidade de auditorias rigorosas, maior transparência na comunicação com stakeholders e a adoção de políticas de longo prazo que garantam a consistência entre discurso e prática. Acredita-se que os resultados apresentados podem contribuir para a discussão sobre a responsabilidade corporativa, incentivando empresas a adotarem práticas ESG autênticas e efetivas. Por fim, o estudo ressalta a importância de um mercado corporativo que valorize não apenas o lucro, mas também o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Embora este estudo tenha fornecido insights valiosos sobre as práticas de ESG nas empresas analisadas, é importante destacar algumas limitações. A metodologia adotada foi o estudo de caso, que, apesar de permitir uma análise aprofundada e contextualizada dos casos da Zara, Vale e Americanas, pode não ser representativa de uma gama mais ampla de empresas ou setores. O foco em empresas específicas limita a generalização dos resultados, uma vez que os contextos e as práticas podem variar significativamente entre diferentes indústrias e regiões. Além disso, a análise foi baseada em fontes secundárias, como relatórios institucionais e artigos acadêmicos, o que restringiu a possibilidade de obter dados primários diretamente dos envolvidos nas empresas, como executivos ou gestores. A falta de dados primários também significa que não foi possível realizar entrevistas diretas

com os stakeholders envolvidos, o que poderia oferecer uma visão mais detalhada sobre os processos internos e as decisões estratégicas das empresas.

Além disso, o fator tempo foi uma limitação significativa na realização do trabalho, dado que o estudo exigiu uma revisão extensa da literatura e a coleta de dados de fontes variadas. Esse fator impactou a profundidade de alguns aspectos da análise e a inclusão de uma maior variedade de casos. A escassez de dados atualizados em alguns relatórios institucionais também limitou a análise comparativa de resultados ao longo do tempo.

Para aprofundar ainda mais a compreensão sobre as práticas de ESG, recomenda-se que futuros estudos considerem o uso de métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos, como entrevistas em profundidade com executivos, gestores e stakeholders diretos das empresas. Essas entrevistas poderiam proporcionar uma visão mais detalhada sobre as motivações por trás das práticas de ESG e as barreiras enfrentadas pelas empresas para implementar mudanças significativas. Além disso, estudos de caso com coleta de dados primários — como pesquisas com consumidores, investidores e fornecedores — poderiam oferecer uma análise mais holística sobre como as ações de uma empresa impactam seus diferentes públicos.

Outra recomendação é a realização de estudos longitudinais, que permitam acompanhar a evolução das práticas ESG ao longo do tempo e medir o impacto de mudanças nas estratégias de governança, responsabilidade social e ambiental. Adicionalmente, o uso de métodos quantitativos, como a análise de dados financeiros antes e depois de crises de ESG, pode ser útil para medir de forma objetiva o impacto econômico das falhas e sucessos nas práticas de ESG. Por fim, uma pesquisa comparativa entre empresas de diferentes setores poderia fornecer insights sobre como as práticas de ESG são implementadas em contextos diversos e se há diferenças significativas na eficácia dessas práticas.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Editora Garamond Universitária, 2022.

AGÊNCIA BRASIL. Zara descumpre TAC e é multada em R\$ 5 milhões. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2024

ANDRADE, Adriana & ROSSETTI, José Paschoal. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, F. B.; COSTA, S. M. O Papel do Marketing Institucional na Comunicação de Responsabilidade Social Corporativa: Um Estudo de Caso. Revista Brasileira de Marketing, 16(61), 82-97, 2019

ARAÚJO, R. A. M., CORREIA, T. S.; CÂMARA, R. P. B., 2022. Influência da inovação ambiental na sustentabilidade corporativa em companhias latino-americanas. Organizações & Sociedade.

BANCO DA INGLATERRA. A natureza do risco – discurso de Sarah Breedon. Disponível em <https://www.bankofengland.co.uk/speech/2022/outubro/the-nature-of-risk-speech-by-sarah-breedon>. Acesso em 04 mar. 2023, 2022

BANCO MUNDIAL E BANCO NEGARA MALÁSIA (BNM). Uma Exploração de Riscos Financeiros Relacionados à Natureza na Malásia. Kuala Lumpur. Disponível em <https://www.bnm.gov.my/documents/20124/3770663/wb-bnm-2022-report.pdf>. Acesso em 02 mar. 2023, 2022

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade. Editora 34. 2010

BOTHELLO, Joel (2023). HARVARD BUSINESS REVIEW. Research: How Some Companies Avoid Accusations of Greenwashing. Autores: Joel Bothello, Ioannis Ioannou, Vlad-Andrei Porumb e Yasemin Zengin-Karaibrahimoglu. Disponível em: <https://hbr.org/2023/09/research-how-some-companies-avoid-accusations-of-greenwashing?language=pt>. Acesso em: 04/05/2024

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. MPT amplia responsabilidade jurídica da Zara sobre cadeia produtiva da marca. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2024

BROETTO, V. A., 2024. Aportes da litigância climática latino-americana para a redução do risco de desastre na região.

CAPITALS COALITION E CAMBRIDGE CONSERVATION INITIATIV. Integrando A Biodiversidade Em Avaliações De Capital Natural. Disponível Em https://capitalscoalition.org/guide_supplement/biodiversity-4/. Acesso em 11 mar. 2023, 2020

CASAGRANDE, Rodrigo Moreira. Environmental, Social and Corporate Governance. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

CAVALCANTI, Leo (2023). ESG: como tornar esse conceito uma realidade no seu negócio? Linkana. Disponível em: <https://www.linkana.com/blog/esg>. Acesso: 05/05/2024.

CDSB, CDSB Framework: Orientação de aplicação para divulgações relacionadas à biodiversidade. Disponível em <https://www.cdsb.net/biodiversidade>. Acesso em 11 mar. 2023, 2021

CLARK, G.L. et al. "The Integration of ESG Factors into Investment Processes." Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=3146>, 2017 Acesso em: 05/05/2024

COMISSÃO EUROPEIA. Alterações climáticas: novas regras para as empresas ajudarem a limitar a deflorestação mundial. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220909IPR40140/climate-change-new-rules-for-companies-to-help-limit-global-deforestation>. Acesso em 01 mar. 2023, 2022

COMISSÃO EUROPEIA. Corporate Sustainability Reporting. Disponível em https://finance.ec.europa.eu/capital-markets-union-e-mercados-financeiros/relatórios-e-auditorias-da-empresa/relatórios-da-empresa/sustentabilidade-das-empresas-reporting_en. Acesso em 03 mar. 2023, 2021

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991

COMPROMISSO DE FINANCIAMENTO PARA A BIODIVERSIDADE. Disponível em <https://www.financeforbiodiversity.org/about-the-pledge/>. Acesso em 02 mar. 2023

CONNECTAS. Dados: os números da tragédia de Brumadinho. Disponível em: <https://www.conectas.org/>. Acesso em: 2 out. 2024

CONSULTORIA REPUTAÇÃO. Estudo sobre confiança de marca. São Paulo: 2012.

DANTAS, D. C. L., 2024. Determinantes de Greenwashing no setor farmacêutico.

DASGUPTA, P. A Economia da Biodiversidade: A Revisão Dasgupta. Disponível em <https://assets.publishing.service.gov.uk/>

governo/uploads/system/uploads/attachment_data/arquivo/962785/
The_Economics_of_Biodiversity_The_Dasgupta_Review_Full_Report.pdf. Acesso
em 05 mar. 2023, 2021

DE NEDERLANDSCHE BANK. Endividado com a natureza: Explorando os riscos da
biodiversidade para o setor financeiro holandês. Disponível em [https://
www.dnb.nl/media/4c3fqawd/indebted-to-nature.pdf](https://www.dnb.nl/media/4c3fqawd/indebted-to-nature.pdf). Acesso 02 mar. 2023, 2020

DURKHEIM, Emile. Sociologia, educação e moral. 7.ed. São Paulo: Melhoramentos,
1978.

EIR (Executive Intelligence Review). A Máfia Verde: O Ambientalismo a Serviço do
Governo Mundial (4ª edição ampliada), 2001

EIR (Executive Intelligence Review). Máfia Verde: O Ambientalismo a Serviço do
Governo Mundial. 2001.

EL PAÍS. Brumadinho: Vale assina acordo para pagar 37,68 bilhões de reais de
reparação por tragédia em Brumadinho. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/>.
Acesso em: 2 out. 2024

ESCAMES, Edson Fernando; ESCAMES, Luciana. Riscos socioambientais. Rio de
Janeiro: FGV, 2023.

FEROLA, B. G., 2024. Programa de integridade em empresas com interação com
entidades públicas.

FOGAÇA, E.P; BORGES, C.M., 2024. SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO
EM EMPRESA DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM PALMAS-TO. Revista
Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 10(7), pp.1079-1096.

FOLHA DE S.PAULO. Zara é flagrada usando trabalho análogo à escravidão em SP.
Folha de S.Paulo, 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 1
out. 2024

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL The Global Risks Report 2022, 17ª Edição.
Disponível em [https://www3.weforum.org/docs/WEF_
The_Global_Risks_Report_2022.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2022.pdf). Acesso em 02 mar. 2023, 2022

FREITAS, Rodrigo. Impactos reputacionais na indústria da moda. In: Revista de
Negócios Internacionais, 2013.

GALIMBERTI, M. F. O., 2023. Os casos das barragens de Mariana e Brumadinho sob
a ótica do direito dos desastres e da sustentabilidade corporativa (ESG).

GARCIA, Félix Arthur. Governança corporativa. 2005. 41 f. Monografia (graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GIMENEZ, M.J., 2021. Com o avanço da jurisprudência internacional, o conceito de reparação integral avança para englobar pelo menos 6 perspectivas: -investigação dos fatos; -restituição de direitos, bens e liberdades; -reabilitação física, psicológica e social. QUANTO VALE? UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO DIREITO SOBRE AS TRAGÉDIAS DE MARIANA E BRUMADINHO, p.84.

GOMES, R. L. T., 2024. Verso e reverso na prática docente em teatro: confluências, particularidades e aprendizados no processo de formação docente.

GRIZZI, Ana Luci; BORGERTH, Vânia Maria da Costa. Sustentabilidade Corporativa, Regulação e Transparência em ESG. Rio de Janeiro: FGV, 2023

HARRACA, Paula. O Poder Transformador do ESG. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm . Acesso 15 mar. 2023., 2022

IFC. Who Cares Wins: Relatório da Conferência (2005): Investindo em Valor de Longo Prazo. Disponível em https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_report_whocareswins2005__wei__1319576590784 Acesso em: 04 mar. 2023.

INDITEX. Código de Conduta para Fabricantes e Fornecedores. A Coruña: Inditex, 2022.

INDITEX. Relatório de Sustentabilidade e Informação Não Financeira 2023. A Coruña: Inditex, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. 6. ed. São Paulo, São Paulo: IBGC, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, 5ª edição. 2015. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21138/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf> Acesso em: 05/05/2024.

INTEGRIDADE ESG. Caso Americanas contribuiu para desconfiança de 98% entre investidores. Disponível em: <https://integridadeesg.insightnet.com.br>. Acesso em: 1 out. 2024.

JENSEN, Michael. A Theory of the Firm: Governance, Residual Claims and Organizational Forms. Harvard: Harvard University Press, 2001.

LANDIM, C. E. R., 2024. INTERNACIONALIZAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO E HEGEMONIA: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NAS AÇÕES DE COMBATE

LOURENÇO, D. N. "Capitalismo de stakeholder e ESG: uma solução ou um obstáculo ao desenvolvimento." (2022).

MARCIANO, A. G., 2024. Caracterização da hidrodinâmica e do transporte de sedimentos dos três principais afluentes do rio Doce.

MARQUES, C. D. E. C. M., 2024. PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE COMO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

MAZZALI, Rubens; ERCOLIN, Carlos Alberto. Governança corporativa. Rio de Janeiro: FGV, 2024.

MEADOWS, Donella H. The Limits to Growth and the Future of Humanity. International Journal of Sustainable Development and World Ecology, v. 15, n. 3, p. 221-231, set 2008.

MEADOWS, Donella H. Thinking in Systems. Island Press, 2007.

MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jørgen; MEADOWS, Dennis L.; BAHERS, William. Limits to Growth: The 30-Year Update. Chelsea Green Publishing, 2004.

MELO, A. C.; SILVA, F. A. Greenwashing e a Percepção dos Consumidores sobre a Sustentabilidade Corporativa: Um Estudo Experimental. Gestão & Sociedade, 13(2), 223-243, 2020

MENDES, R. G., 2024. Análise dos impactos ambientais da ruptura da barragem de mineração em Brumadinho, MG, Brasil: Uma abordagem baseada em dados geoespaciais.

MENDONÇA, Francisco; Dias, Mariana Andreotti. Meio ambiente e sustentabilidade. Editora Intersaberes, 2019

METAS BASEADAS NA CIÊNCIA PARA A NATUREZA (2020). Orientação Inicial para as Empresas. <https://sciencebasedtargetsnetwork.org/wp-content/uploads/2020/11/Science-based-targets-for-nature-initial-guidance-for-business.pdf>. Acesso em 03 mar. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Acordo de Termo de Ajustamento de Conduta com a Zara. São Paulo: 2011.

MONEY TIMES. Vale: 3 anos após Brumadinho, a empresa recuperou mesmo a confiança do mercado?. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/>. Acesso em: 2 out. 2024

NAÇÕES UNIDAS, COP 15: Nações adotam quatro metas, 23 metas para 2030 no marco do Acordo de Biodiversidade da ONU. Disponível em <https://www.cbd.int/article/cop15-cbd-press-release-final-19dec2022>. Acesso em 10 mar. 2023.

Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: comentam o Relatório de Avaliação Global da IPBES sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2019/05/nature-decline-unprecedented-report/>. Acesso em 02 mar. 2023, 2019

NASCENTES, D. L., 2024. As políticas comerciais norte-americanas frente às disputas com o Japão e China (1980-2021), e suas lições para as potências emergentes.

PNUMA, Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 15), 7-19 de dezembro de 2022, Montreal, Canadá. Disponível em <https://www.unep.org/events/conference/un-biodiversity-conference-cop-15>. Acesso 15 mar. 2023, 2022

PORTER, Michael E. Creating Shared Value: How Companies Can Profit While Doing Good. Harvard Business Review, v. 81, n. 1, p. 1-17, jan-fev 2003. Disponível em: <https://hbr.org/2011/01/the-big-idea-creating-shared-value> . Acesso em: 05 mai. 2024.

PORTER, Michael E.; CRAMER, Kyle. The Competitive Advantage of Corporate Social Responsibility. Harvard Business Review, v. 80, n. 5, p. 64-72, mai-jun 2002. <https://hbr.org/2006/12/strategy-and-society-the-link-between-competitive-advantage-and-corporate-social-responsibility> . Acesso em: 05 mai. 2024.

PORTER, Michael E.; MECKLER, Frederick A. Toward a New Capitalism. The Atlantic, v. 307, n. 1, p. 68-75, jan 2011. Disponível em: <https://www.aspeninstitute.org/programs/future-of-work/toward-a-new-capitalism/> . Acesso em: 05 mai. 2024.

REES, William E. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what urban economics leaves. Environment & Urbanization. 121–130, 1992

Relatório de tendências em 2023. Disponível em <https://inspirar.humanizadas.com/relatorio-resultados-2020-21> . Acesso em 10 mar. 2023.

RI AMERICANAS. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em:
<https://ri.americanas.io>. Acesso em: 1 out. 2024

RODRIGUES, T., 2024. Capitalismo e sustentabilidade: Empresa regenerativa e a sustentabilidade corporativa no século XXI.

SANTOS, B. L.; SOUSA, D.D.G; SILVA, S. J.A., Desastres ambientais e impactos econômico-financeiros: o caso do rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

SANTOS, S. S.; CORPETTI, L. M. Governança Corporativa e Desempenho ESG: Uma Análise Empírica de Empresas Brasileiras. Revista de Administração Contemporânea, 22(6), 875-892, 2018

SCHIERMEIER, Quirin (2018). Gloomy 1970s predictions about Earth's fate still hold true. Nature. Disponível em:
https://www.nature.com/articles/d41586-018-07117-2?utm_source=briefing-wk&utm_medium=email&utm_campaign=briefing&utm_content=20181019. Acesso: 05/05/2024.

SILVA, S. L.; ASTOLFI, C. L. A Influência do Alinhamento Entre Comunicação e Prática ESG na Imagem Corporativa: Um Estudo Empírico com Investidores Brasileiros. RAE - Revista Administração em Empresas, 58(6), 1089-1110, 2021

SOARES, R. K. P. & SOUSA, M. V., 2024. ... do compliance pelas empresas mineradoras Vale SA e Hydro Alunorte: reflexos da adequação das normas dos riscos ambientais apresentados pelas empresas.

SOUSA, J., 2024. IMPACTOS E REFLEXOS PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 NO MARKETING DAS CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS DE POSSE (GO).

SOUSA, S. K. C., 2024. Chorar o Corpo, Chorar o Rio: o luto pelos corpos desaparecidos em Brumadinho eo luto pelas águas do Rio Paraopeba.

TEIXEIRA, F. S. R., 2024. A relação entre environmental, social and governance (ESG), desempenho e risco: evidências em empresas latino-americanas e suas implicações regionais.

VEIGA, José Eli da. O Antropoceno e as Humanidades. Editora 34, 2023

VICTÓRIA, Lia Beatriz Gomes. Governança corporativa: principais diferenças entre os modelos anglo-saxão e nipo germânico. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2007, São Paulo. Anais. São Paulo: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, 2010. Disponível em:
www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/SA/SA_00876.pdf Acesso em: 30/04/2024.

WEETMAN, Catherine. Economia Circular: Conceitos e estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa. Editora Bookman, 2022

WORLD RESOURCES INSTITUTE. Avaliação do Ecossistema do Milênio, Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Síntese. Disponível em <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em 02 mar. 2023, 2005

WWF. Biodiversidade: a riqueza e a variedade do mundo natural. Disponível https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biodiversidade/. Acesso 04 mar. 2023, 2010